

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

BETINA THOMAZ SAUTER

**A ÍNDIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SEUS JOGOS DE LINGUAGEM NA ASSEMBLEIA
GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS DEPOIS DA GUERRA FRIA**

PORTO ALEGRE

2022

BETINA THOMAZ SAUTER

**A ÍNDIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SEUS JOGOS DE LINGUAGEM NA ASSEMBLEIA
GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS DEPOIS DA GUERRA FRIA**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao curso de graduação em ciências sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk.

PORTO ALEGRE

2022

Betina Thomaz Sauter

A ÍNDIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SEUS JOGOS DE LINGUAGEM NA ASSEMBLEIA
GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS DEPOIS DA GUERRA FRIA

Trabalho de conclusão de curso submetido ao curso de graduação em ciências sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Porto Alegre, 17 de abril de 2023.

Resultado: aprovado.

BANCA EXAMINHADORA:

Fabiano Pellin Mielniczuk

Departamento de Ciência Política

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Eduardo Munhoz Svartman

Departamento de Ciência Política

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Raul Cavedon Nunes

Doutor em Ciência Política

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O fim da Guerra Fria produziu mudanças estruturais e a Índia mergulhou em um período de elaboração de novos significados as suas práticas e interações no mundo. Considerando as Nações Unidas como um símbolo do jogo da política internacional, tem se por objetivo entender os movimentos da Índia na ordem em construção. Para tanto, se trabalha com a abordagem do “construtivismo consistente” e se utiliza o método da descrição crítica. Por meio deles, se realiza a análise da narrativa dos representantes do país do período que vai de 1992 até 2022 na Assembleia Geral da instituição. Situação que resulta na compreensão que as interações da Índia não reforçaram o contexto de regras corrente, mas tentam transformá-las. Isso porque, por meio da insistência da centralidade da agenda do desenvolvimento sustentável nas Nações Unidas, o país procura modificar as prioridades da instituição. Esse movimento promoveu a possibilidade de um jogo alternativo, que possuiu como característica a reforma da instituição com objetivo da democratização da governança global. Sendo assim, considera-se que a Índia buscou ressignificar as Nações Unidas e as estruturas das relações internacionais depois da Guerra Fria, o que a levou a uma disputa por um outro contexto de regras possíveis.

Palavras-chave: Índia. Nações Unidas. Desenvolvimento. Reforma. Governança Global.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. A DIMENSÃO SOCIAL NA ANÁLISE DA POLÍTICA INTERNACIONAL: O EMPREGO DE UM CONSTRUTIVISMO CONSISTENTE	10
2.1. O DEBATE CONSTRUTIVISTA, AS PERCEPÇÕES DA ABORDAGEM NOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	11
2.2. AS INCONSISTÊNCIAS DO CONSTRUTIVISMO “MEIO TERMO”, ENTRE UMA ONTOLOGIA SOCIAL E UMA EPISTEMOLOGIA POSITIVISTA	14
2.3. O “CONSTRUTIVISMO CONSISTENTE”, UMA ABORDAGEM COM RAÍZES NA “VIRADA LINGUÍSTICA” QUE VALORIZA A LÓGICA DOS JOGOS.....	17
3. A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA ÍNDIA: UMA DESCRIÇÃO DOS DISCURSOS DO PAÍS NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	20
3.1. ANOS 1992-1999: EM BUSCA DE UMA ORGANIZAÇÃO MULTILATERAL E DEMOCRÁTICA QUE DÊ VOZ AOS ESTADOS MENOS DESENVOLVIDOS.....	21
3.2. ANOS 2000 – 2009: UMA DÉCADA DE CRÍTICAS E DE INICIATIVAS PARA O FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO E DO MULTILATERALISMO	28
3.3. ANOS 2010 – 2019: A NECESSIDADE DE UM MULTILATERALISMO REFORMADO PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS GLOBAIS	36
3.4. ANOS 2020 – 2022: A PERSISTÊNCIA NO FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE UMA ORDEM MUNDIAL MELHOR	43
4. OS JOGOS DE LINGUAGEM DA ÍNDIA: UMA ANÁLISE DA NARRATIVA OBSERVADA NAS NAÇÕES UNIDAS DEPOIS DA GUERRA FRIA	45
4.1. O ESPAÇO DENTRO DO QUAL REALIZA MANOBRAS, A GRAMÁTICA DA ÍNDIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA	47
4.2. O SEU MOVIMENTO PARA MOLDAR O AMBIENTE, A INSISTÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO O CENTRO DA AGENDA	49
4.3. O ARGUMENTO DOS JOGOS CONFLITANTES, A POSSIBILIDADE DE UMA GOVERNANÇA A PARTIR PRÁTICAS INDIANAS	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria é considerado por analistas¹ um momento de revisão da política externa indiana. A Índia estava acostumada a uma estrutura global clara para enquadrar suas políticas caracterizada pela organização bipolar da época, mas no início da década de 1990 não havia uma ordem reconhecível para baseá-las. Os contornos do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, em que o Estado-nação indiano aderiu ao sistema internacional, haviam desaparecido. O então Secretário de Relações Exteriores da Índia J. N. Dixit (1991-1994), anos mais tarde, atestou a confusão da posição do país no período:

A Índia passou de um período orgânico para o período crítico de sua existência, da visão ordenada que lidava com um mundo de certezas (na medida em que tais certezas podem ser permanentes) para uma era de agitação que é composta por incertezas e dúvidas sobre nossas próprias reações ao mundo ao nosso redor. A validade de nossas orientações e perspectivas, necessariamente, é questionada no contexto do fim da Guerra Fria e do confronto ideológico que afetou a comunidade internacional por quase sete décadas desde o fim da Primeira Guerra Mundial (DIXIT, 2010, p.16 tradução nossa).

A Índia também passou por uma situação doméstica volátil em termos políticos que dificultou a consideração das opções do país. A política externa indiana havia sido conduzida no contexto da Guerra Fria e do domínio do Partido do Congresso desde a sua independência. A única experiência, até então, da oposição no governo foi entre 1977 e 1980 como uma reação ao período de emergência². No entanto, alguns dias após a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989, que simbolizou a desintegração do comunismo na Europa Oriental, o Congresso foi derrotado nas eleições gerais. A contar deste acontecimento, o país experimentou, até junho de 1991, três mudanças de governo e mais uma eleição geral, na qual o Congresso estabeleceu um governo com minoria parlamentar. Nesse contexto, a noção de não-alinhamento da política externa da Índia pareceu ter se tornado obsoleta, pois desafiava a dinâmica bipolar da Guerra Fria através da busca de um papel independente na política mundial. Embora a disputa das duas potências do período fosse uma ameaça à independência recém conquistada da Índia e aos seus interesses de desenvolvimento, ela deu certa margem de manobra e identidade ao país.

¹ Mohan (2004) e Wojczewski (2017) são alguns autores, que apesar de trabalhar com diferentes perspectivas teóricas, concordam em maior ou menor grau com esta afirmação.

² O período de emergência que vai de 1975 a 1977, se estabeleceu por meio da constituição indiana como uma resposta a uma série de distúrbios internos no país. Essa medida concedeu ao primeiro-ministro autoridade para governar por decreto, permitindo o cancelamento de eleições e a suspensão das liberdades civis.

Contudo, não foram somente os fundamentos da política externa indiana que foram abalados com o fim da Guerra Fria, a sua economia também foi afetada. A União Soviética, que era o principal parceiro comercial da Índia, deixou de existir e com os efeitos da Guerra do Golfo, o país sucumbiu a uma forte crise econômica. Isso ocorreu no contexto de pressões do mundo capitalista e da crescente onda neoliberal liderada pelos Estados Unidos de Ronald Reagan e pela Inglaterra de Margaret Thatcher. Sendo assim, apesar da resistência da Índia às forças da globalização e a integração à economia mundial no seu pós-independência, essa situação levou o país a recorrer ao Fundo Monetário Internacional, que estabeleceu um programa de reformas para abrir sua economia. A Índia procurou então novos parceiros, realizando um esforço para aumentar o investimento estrangeiro e restabelecer a economia. Dessa maneira, com o fim da Guerra Fria e a ascensão do neoliberalismo, o país mergulhou em um período de ressignificação de suas práticas e interações no mundo.

O término do conflito ideológico, político, econômico e militar, conhecido como Guerra Fria, produziu mudanças na estrutura da política internacional. As lógicas possíveis que estariam em movimento dos fenômenos globais também têm sua correspondência no quadro institucional. Nesse contexto, em especial, as Nações Unidas encontraram uma maior demanda do que antes para lidar com questões relacionadas a paz e segurança, bem como desenvolvimento e outros problemas. Ademais, segundo a própria Organização, este seria “o único lugar na Terra onde todas as nações do mundo podem se reunir, discutir questões comuns e encontrar soluções compartilhadas” (UN, 2023 s/p, tradução nossa). O mecanismo da Assembleia Geral seria importante nesse sentido, ainda mais depois da incorporação de muitos países ao organismo, sobretudo com o processo de descolonização. Considerando então a instituição como um símbolo no jogo da política internacional, esse trabalho tem por objetivo entender os movimentos da Índia na ordem mundial em construção, bem como isso constitui a compreensão do país do que é possível ou necessário no futuro.

O exercício desse estudo se justifica no âmbito pessoal da autora pelo contato com uma outra concepção epistemológica da política, uma vez que, esta possui uma formação anterior tradicional na área. Além disso, por seu segundo curso de graduação ser ciências sociais, possui uma preocupação em pensar a dimensão social das relações internacionais. Em termos acadêmicos, configura uma possibilidade de contribuição para a ampliação do debate brasileiro sobre a política externa da Índia e a região asiática. É um esforço para a valorização do pensamento brasileiro sobre questões internacionais, especialmente porque tanto a Índia quanto a Nações Unidas afetam o mundo contemporâneo em aspectos políticos, econômicos e securitários. No âmbito social, a justificativa se alinha ao esforço de ajudar a entender os

interesses e as complexidades estratégicas de um parceiro do Brasil no âmbito Sul-Sul, principalmente, em plataformas multilaterais, como o G20, o IBAS, o G4 e o BRICS. Desse modo, essa pesquisa procura contribuir com a construção de um repositório de conhecimento sobre a Índia que auxilie na tomada de decisões e construção de políticas no Brasil.

Como a pouco referido, esse trabalho incorpora a dimensão social no estudo da política internacional, o que significa que debate e utiliza da perspectiva construtivista do campo. Essa é uma orientação teórica abrangente e possui diferentes formatos de trabalho como veremos mais adiante. Para a realização do estudo aqui proposto, adere-se a um construtivismo que não somente enfatiza as relações sociais e a possibilidade de mudança, mas possui em sua abordagem uma perspectiva crítica em relação ao positivismo. O que é chamado por Karin Marie Fierke³ de “construtivismo consistente”, coloca sua ênfase na geração de significado, normas e regras, conforme expresso na linguagem, pelos sujeitos da análise. Nessa concepção, a posição teórica da linguagem possui implicações importantes no que diz respeito a questões de epistemologia e normatividade. A linguagem é tratada como o fazer de movimentos em um jogo e moldar o seu ambiente, situação que possibilita várias lógicas possíveis na política internacional. São as regras dos jogos que governam o raciocínio e a interação dos atores nos diferentes contextos, dando base para a atribuição de significado ao mundo material e às relações sociais dentro dele.

Em termos metodológicos essa abordagem pede que o pesquisador observe como as palavras ou ações recebem significado em um contexto. O seu foco não está nos atores individuais, mas no processo social pela qual uma estrutura de significado é substituída por outra. Dessa forma, ela é utilizada para investigar como os parâmetros de um novo jogo foram construídos na prática ou como, ao longo do tempo, eles se modificam. Isso porque, fornece uma base para identificar as regras de um determinado jogo histórico e o espaço de manobra dentro dele. Também serve para analisar como determinadas ações se tornam possíveis e necessárias. Assim, a elaboração de uma descrição crítica é utilizada como método para a observação de uma narrativa única estruturada pela linguagem compartilhada no contexto em específico, bem como para a sua análise. Essa passa por um mapeamento das práticas do ator e a identificação de padrões no próprio contexto e na linguagem. Dado que, os atores não são determinados em reproduzir padrões, mas participam, por meio de suas ações ou reações, na construção de um tipo de contexto ou outro.

³ Karin M. Fierke é uma cientista política e professora na Escola de Relações Internacionais da Universidade de St. Andrews da Escócia, no Reino Unido. Entre as suas principais áreas de pesquisa está o desenvolvimento e aplicação da metodologia construtivista, com base em temas pós-wittgensteinianos.

Como mencionado, as estruturas de significado e as interações são entendidas em um contexto de regras compartilhadas e o uso da linguagem como uma ação que possibilita movimentos e que ajuda a moldar o ambiente. A narrativa é então considerada um movimento de aprendizagem de práticas diversas por meio do qual vai se produzindo a realidade. Considerando essa questão, apresenta-se a pergunta que norteia esta investigação: Como a Índia ajudou a moldar o ambiente internacional e suas respectivas práticas depois da Guerra Fria? Com o objetivo de elaborar uma resposta para tal questionamento, o trabalho realiza o exercício de observar e analisar uma narrativa única estruturada pela linguagem nos discursos dos representantes da Índia nas reuniões da Assembleia Geral das Nações Unidas do fim conflito bipolar até os dias atuais. O recorte temporal do período de 1992 a 2022 foi estabelecido considerando que, no ano de 1991, a União Soviética ainda participou da reunião como Estado soberano. Situação que ainda representava e caracterizava o jogo anterior da política internacional. Dessa forma, no total são trinta discursos descritos e analisados no trabalho, um para cada ano do período.

A análise da narrativa indiana indica que o país procurou moldar a ordem mundial, uma vez que em suas interações não reforçaram a estrutura de regras que a acompanha. A Índia realizou uma reflexão por meio de suas ações e reações nas Nações Unidas no período estudado que promovem a ideia de transformação. Por meio da insistência da centralidade da agenda do desenvolvimento sustentável na instituição, o país manobrou em direção a um jogo alternativo. Esse movimento fez com que a Índia reivindicasse uma reforma com objetivo da democratização da governança. O seu argumento foi que para atualizar as Nações Unidas frente as mudanças mundiais e a tornar mais eficaz ao lidar com desafios contemporâneos uma mudança era necessária. A instituição foi então ressignificada nos discursos indianos para melhor atender a todos, não somente alguns poucos países. Entretanto, a transição para essa lógica não foi bem-sucedida no período estudado, dado a dificuldade da implementação da reforma proposta. Dessa forma, a Índia estaria ajudando a moldar o ambiente internacional e suas respectivas práticas o questionando e entrando em uma disputa por um outro contexto de regras possíveis, que culminaria em uma ordem diferente.

Tendo isso posto, o trabalho está dividido em quatro capítulos além de sua introdução. O capítulo dois esclarece como a incorporação da dimensão social no estudo da política internacional é empregada. Para tanto, desenvolve-se uma discussão geral sobre o construtivismo no campo, que prossegue para uma exposição mais aprofundada sobre seus debates específicos e a adoção do emprego de um “construtivismo consistente”, o qual molda os critérios para a realização deste trabalho. O capítulo três sistematiza os discursos da Índia na

Assembleia Geral das Nações Unidas para investigar como suas práticas ganharam significado no período em questão no mundo. Nessa parte do texto, observa-se o desdobramento gradual de uma narrativa indiana com base nos significados que o país trouxe para suas práticas e interações durante esses trinta anos. O capítulo quatro analisa a narrativa da Índia no período para que se possa entender os seus movimentos no jogo da política internacional e responde como estes contribuíram para a sua constituição contemporânea. Por último, apresenta-se as considerações finais deste trabalho.

2. A DIMENSÃO SOCIAL NA ANÁLISE DA POLÍTICA INTERNACIONAL: O EMPREGO DE UM CONSTRUTIVISMO CONSISTENTE

O debate acadêmico, não menos do que político, ocorre em circunstâncias histórica e culturalmente específicas. Na década de 1980, surgiram questões sobre as teorias e os métodos científicos da política internacional e como eles implicam na produção das relações de poder. No mesmo período, atores políticos da Guerra Fria provocaram dúvidas em relação às teorias realistas que sustentam os estudos do campo ao passar a desafiar os seus pressupostos. Com o conflito próximo de seu fim, mais questões sobre as mudanças e a construção social das interações dos países foram formuladas. Esse foi um movimento alcançado em parte por um envolvimento maior da análise política com outras ciências humanas, como a sociologia e a filosofia. Os construtivistas, como ficaram conhecidos, compartilharam de uma crítica das suposições materiais estáticas das teorias tradicionais, enfatizando as dimensões sociais da política e a possibilidade de mudança. No entanto, essa percepção promoveu posições diferentes: alguns cientistas realizaram um diálogo com o campo teórico estabelecido e outros apresentaram uma problematização sobre o positivismo.

Essas concepções moldaram o construtivismo nos estudos das relações internacionais e serão sobre elas que vamos tratar neste capítulo. O objetivo aqui é esclarecer como a incorporação da dimensão social no estudo da política internacional será empregado para a realização deste trabalho de conclusão de curso. Para tanto, desenvolve-se uma discussão geral sobre o construtivismo no campo, que prossegue para uma exposição mais aprofundada sobre seus debates específicos e a adoção do emprego de um “construtivismo consistente”, o qual molda os critérios para a realização do estudo em questão. Isso posto, a exposição do texto do capítulo está dividida da seguinte maneira: 2.1) o debate construtivista, as percepções da abordagem nos estudos das relações internacionais; 2.2) as inconsistências do construtivismo “meio termo”, que se encontra entre uma ontologia social e uma epistemologia positivista; e,

2.3) o “construtivismo consistente”, uma abordagem que possui raízes na “virada linguística” e que valoriza a lógica dos jogos.

Esse capítulo nos leva a entender que construtivismo é um movimento intelectual amplo que considera as estruturas prevaletentes da ordem mundial como criações humanas sustentadas por práticas sociais. Tendo uma orientação abrangente e diferentes formatos, esse trabalho adota a compreensão de que o construtivismo convencional possui inconsistências. Isso porque, conforme exposto adiante no texto, o uso de uma ontologia social não seria coerente com uma epistemologia positivista. Sendo assim, segue uma percepção construtivista que não prevê eventos nem oferece conselhos definitivos sobre como um ator deve agir no contexto. Em vez disso, entende essa abordagem como um conjunto de interpretações sobre a maneira como a vida social é organizada, as quais giram em torno do significado das interações para a ação dos atores. Em especial, esses são pensados neste trabalho a partir da linguagem e da lógica dos jogos. O construtivismo é aqui então entendido uma estrutura para pensar sobre as relações sociais, mas que não faz reivindicações sobre seu conteúdo. Essa compreensão guia o exercício de pesquisa dos próximos capítulos.

2.1. O DEBATE CONSTRUTIVISTA, AS PERCEPÇÕES DA ABORDAGEM NOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Com o desenrolar do fim da Guerra Fria, surgiram abordagens que enfatizavam a dimensão social da política internacional. O contexto bipolar que promoveu grande parte da agenda de pesquisa neorrealista havia terminado com o colapso da União Soviética. A mudança na política externa e na ideologia soviética nesse período levou a uma série de estudos sobre o papel das ideias em sua transformação. O ambiente político e acadêmico era diferente do que havia alguns anos antes, diversos analistas buscaram novas formas de entender o mundo. Essa situação reforçou as percepções já difundidas das limitações teóricas do campo e sua ênfase em explicações materiais dos eventos. Nesse sentido, não foi mais suficiente para um grupo de cientistas se basear na força dos Estados e em seus acordos internacionais. O foco restrito nos interesses materiais e na referência a ideologias sem considerar como elas surgiram passou a fornecer pouca orientação. O ambiente social em que as ideias se enraízam e se vincularam aos interesses dos atores foi então considerado nas pesquisas acadêmicas.

Em termos filosóficos, o ramo que trata sobre o “estudo do ser”, a ontologia, se modifica, passando a considerar não somente questões objetivas, mas também subjetivas e constitutivas da realidade. Surge o entendimento de um sistema social, no qual regras, princípios ordenadores

e práticas legítimas são construídas pelos atores e sua interação. As relações internacionais passam então a ser consideradas uma construção social, em vez de um domínio independente da ação humana. Os Estados e outros atores passam a ser entendidos não somente como indivíduos racionais⁴, mas em suas relações de interação num mundo dotado de significados. Essa abordagem, que leva a dimensão social em conta na análise, ficou conhecida como construtivismo no campo. No entanto, embora os seus pensadores concordem com a ideia de uma ontologia social, não há uma concepção unificada de como ela deve ser trabalhada (HURD, 2008). Tendo isso posto, a abordagem possui uma orientação abrangente levando aos seus estudos assumirem diferentes formatos.

O construtivismo foi introduzido nos estudos das relações internacionais por Nicholas Onuf, em 1989, na obra *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. O seu livro foca em afirmações ontológicas e procura contribuir para a teoria social pós-positivista. Ele contesta não apenas as fronteiras disciplinares, mas os pressupostos epistemológicos sobre quais os estudos do campo vêm sendo realizados. Para o autor, não existe uma verdade única e não podemos ocupar uma posição de observador neutro, pois a ciência também é uma construção social. Em outras palavras, ao dar significado a certos conceitos, criamos um ponto de partida em relação ao qual outros aspectos da realidade social ganham significado e se tornam compreensíveis. O conhecimento existe apenas em relação a um contexto, não podendo ser separado de questões políticas e normativas. Dessa forma, ele elabora o construtivismo não como uma teoria, mas uma forma de estudar as relações sociais na política internacional.

Em sua formulação, os seres humanos constituem a realidade por meio de ações, que quando institucionalizadas em regras, fornecem contexto e base para significar práticas sociais posteriores. Observe que este olhar construtivista se baseia em ações e não em fatos, ações essas que podem ser atos físicos ou de fala, que se constituem enquanto representações e performances. Entretanto, as ações em geral somente são capazes de estabelecer uma realidade social se elas carregam significados. Quando formadas, as regras distribuem os benefícios de forma desigual, sendo um processo intrinsecamente político, privilegiando alguns em detrimento de outros. A estabilidade gerada por esse processo é chamada pelo autor de ordem. O mundo social então é feito de regras que, por um lado, fornecem orientação, mas, por outro, abrem espaço para a agência, onde os atores podem escolher seguir uma regra, a reforçando ou

⁴ Consideramos aqui que o racionalismo diz respeito ao instrumentalismo, que é a teoria de que os Estados buscam vantagens individuais calculando custos e benefícios.

a enfraquecendo. É através do nexos regras-regra, portanto, que a sociedade e a política estão intimamente interligadas (ONUF, 1989).

Contudo, a abordagem construtivista foi popularizada nos estudos das relações internacionais pelo artigo de Alexander Wendt, de 1992, *Anarchy is What States Make of It: the Social Construction of Power Politics*. O autor começa o texto localizando a sua posição em relação ao debate entre teorias neoliberal e neorrealista da política internacional. Para ele, essas são teorias racionalistas que concordam que os interesses e as identidades são dados de forma exógena, definidos pelo ambiente de anarquia. Porém, aponta que existe uma tradição liberal que investiga processos de aprendizagem complexa e mudanças de interesses e identidades. Tendo essa questão como ponto de partida, ele se propõe a “construir uma ponte” entre os campos positivista e pós-positivista. Elabora então o seu argumento contra o neorrealismo, pensando na possibilidade da existência da estrutura e das relações causais como processo. Essa elaboração permite ao autor propor em seus trabalhos posteriores uma teoria social da política internacional.

Para ele é o aspecto intersubjetivo, e não o material, das estruturas que influenciam o comportamento. As identidades fornecem as bases para os interesses, que são definidos no processo de definição das situações; desenvolvem-se na interação. Os Estados adquirem identidades participando de significados coletivos, que, quando são relativamente constantes, constituem uma instituição; muitas vezes codificados como regras ou normas. Depois que os atores criam estruturas de identidade e interesse, elas são de difícil transformação porque o sistema social se torna um fato social, que os atores podem querer manter estável. Para o autor, a mudança somente é possível por meio de uma reflexão crítica dos atores sobre si mesmos. A identidade está no nexos entre reproduzir e mudar a situação, em que outros padrões de interação e realidades podem ser criados (WENDT, 1992). Dessa forma, quando o significado se torna um componente para explicar a ação do Estado, em sua concepção, a identidade se torna algo construído em âmbito social, e, a anarquia, algo contingente e específico de cada caso⁵.

Sendo assim, quando o construtivismo foi introduzido aos estudos das relações internacionais, se referia amplamente a uma perspectiva pós-positivista, que compartilhava uma crítica aos pressupostos das teorias dominantes. Mais tarde, se tornou um assunto de contestação, com os estudiosos fazendo uma distinção entre um construtivismo, que se diz ocupar um “meio-termo”, e as variações mais críticas. Desse modo, os debates internos vão

⁵Em seu livro *Social Theory of International Politics*, publicado em 1999, o autor refinou o argumento de que as relações internacionais são socialmente construídas. Neste trabalho posterior, ele elaborou três diferentes lógicas ou culturas da anarquia que denominou hobbesiana, lockeana e kantiana (WENDT, 1999).

desde discordâncias terminológicas e conceituais, que marcam qualquer campo de estudo, a controvérsias epistemológicas. Para alguns, o construtivismo deve fornecer uma crítica fundacional não apenas as abordagens tradicionais, mas também de suas raízes positivistas, aquelas que pressupõem a autonomia dos pesquisadores em relação ao ambiente social e político que analisam. Para outros, o construtivismo deve fornecer uma alternativa ao realismo e ao liberalismo, oferecendo diferentes tipos de análises causais generalizáveis – ainda que privilegiem a identidade e o significado sobre interesses estruturalmente determinados – do material da política internacional (HURD, 2008).

Os construtivistas apresentam uma crítica ao racionalismo; no entanto, como pode ser observado, ela não envolve uma rejeição total do método científico convencional. Ou seja, o construtivismo “meio termo” não rejeitou os pressupostos positivistas na medida em que as abordagens mais críticas o fizeram. Os seus pensadores adotam uma ontologia intersubjetiva, enfatizando normas, agentes sociais e estruturas, e a constituição mútua de identidade, mas aceitam uma epistemologia positivista, que inclui teste de hipóteses, causalidade e explicação. Essa ênfase pode ser entendida como uma tentativa de se distanciar das abordagens pós-modernas, que são vistas como ambivalentes em relação aos métodos da ciência social dominante. Esse é um posicionamento que lhes concede considerável legitimidade e popularidade, porém é importante pensar se combinar uma ênfase numa ontologia social com uma abordagem empirista para a geração de conhecimento objetivo é consistente (FIERKE, 2013). O próximo subcapítulo é dedicado à discussão desta questão.

2.2. AS INCONSISTÊNCIAS DO CONSTRUTIVISMO “MEIO TERMO”, ENTRE UMA ONTOLOGIA SOCIAL E UMA EPISTEMOLOGIA POSITIVISTA

A epistemologia é um ramo da filosofia que trata sobre o “estudo do conhecimento”, que se pergunta sobre como chegamos a conhecer o mundo. O artigo de Emanuel Adler, de 1997, *Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics*, ficou conhecido por defender que o construtivismo ocupa um lugar “meio termo” entre as teorias sobre as relações internacionais. Sendo uma ponte entre as filosofias da ciência social positivista e pós-positivista, ele a considera a primeira oportunidade de criação de uma teoria sintética no campo. O autor expõe a sua posição da seguinte forma:

O construtivismo está no meio termo porque se interessa em entender como os mundos material, subjetivo e intersubjetivo interagem na construção social da realidade, e porque, mais do que considerar exclusivamente como as estruturas constituem as

identidades e os interesses dos agentes, ele pretende também explicar como, antes de tudo, os agentes individuais constroem socialmente essas estruturas (ADLER, 1997 p.330, tradução nossa).

O progresso da disciplina dependeria então de uma síntese sociocognitiva daquilo que se forma nas dimensões material, subjetiva e intersubjetiva do mundo. Para elaborar o seu ponto, o autor parte do princípio de que a realidade existe independente do julgamento humano, sendo afetada pelo conhecimento e por fatos sociais. As ideias têm características estruturais que definem os limites do que é possível para os indivíduos, que agem com base em seus julgamentos e interpretações pessoais. As motivações ou significado das ações são entendidas numa relação de causalidade para melhorar as previsões sobre o seu comportamento. Essa elaboração ocorre a partir da noção de *Verstehen* de Max Weber, na qual “a ação deve ser sempre entendida de dentro”, situando o problema da explicação das ações sociais em um quadro interpretativo (ADLER, 1997). Situação que transforma a interpretação em uma parte intrínseca do empreendimento científico que objetiva explicar a construção da realidade social. Dessa maneira, pode-se dizer que o autor está interessado em uma teoria que traga uma explicação melhor à política internacional.

Entretanto, são identificadas inconsistências bastante pontuais em seu argumento em relação a formulação deste construtivismo, todas elas relacionadas a um apego a suposições positivistas baseadas no mundo natural e na explicação. A primeira delas é a distinção entre ideia e mundo material, na qual é gerada uma nova lógica causal, desta vez sobre as ideias. No entanto, a intersubjetividade não é uma relação monológica pela qual um elemento impacta o outro de forma clara. A segunda é que a busca de relações causais também dá origem a uma visão distorcida da agência. Isso porque, as ideias são entendidas como empregadas por atores individuais sem atenção suficiente para como eles são constrangidos por um contexto social e histórico de interação. A terceira é o evitar do papel da linguagem na análise no diferenciar-se dos pós-estruturalistas. Entretanto, a relação entre palavra e mundo é central para o empreendimento construtivista dado a ênfase no significado e na interpretação da abordagem, e ela não deve ser ignorada (FIERKE, 2015).

Nesse contexto, observa-se que essa situação está relacionada com a impossibilidade da síntese entre explicação e interpretação, já abordada na obra de Martin Hollis e Steve Smith, de 1990, *Explaining and Understanding International Relations*. Os autores entendem que existe uma diferença em como as questões sociais são percebidas, enquanto as compreende dentro do mundo natural e o segundo não. Esse contraste traz consigo distintas percepções dos fenômenos e como estudá-los, bem como implica em uma análise diferente da natureza humana. Desse

modo, consideram que duas histórias são contadas. Uma, de forma “externa”, que procura explicar o funcionamento da natureza e do ser humano com uma mesma lógica. E outra, de forma “interna”, que busca entender o que os eventos significam, em um sentido não semelhante do que é encontrado nas leis da natureza. Portanto, afirmam que embora seja atraente acreditar que partes das histórias podem ser somadas, sempre existem dois relatos e que combinações não resolvem esse problema.

O construtivismo popular no campo descrito acima adiciona uma dimensão social que está faltando nas abordagens racionalistas. No entanto, também contém algumas inconsistências, que são exploradas em seu “meio termo”. Elas surgem da combinação de uma ontologia social com uma epistemologia que se baseia na separação entre um mundo externo e os processos internos de pensamento dos indivíduos. Isso porque, apesar da ênfase construtivista em *Verstehen* ser social, os processos de pensamento racional são anteriores à interação social. Assim, a lógica da adequação construtivista acaba por enfatizar o indivíduo, a cognição e o que está “na cabeça”. O construtivismo, nesta representação, é lançado na linguagem positivista de causalidade e teste de hipóteses, complementado por um foco na racionalidade dos indivíduos, embora mais inserido em um contexto social. A ênfase na unidade individual, seja humana ou Estatal, falha em problematizar suficientemente como ela é constituída. Dada a ênfase na ontologia, a autonomia do social e o papel da linguagem são obscurecidos em sua relação com o mundo material e subjetivo (FIERKE, 2013).

O artigo de Maja Zehfuss, de 2001, *Constructivism and Identity: a Dangerous Liaison* ilustra bem a situação. A autora realiza uma crítica à abordagem de Wendt realizando uma análise do seu conceito central, a identidade. Ela considera os problemas do conceito para os debates na Alemanha sobre envolvimento militar no exterior, demonstrando que as identidades são mais complexas do que o autor reconhece. Conclui que a própria noção de identidade ameaça minar a possibilidade do construtivismo do autor, bem como acusa que este é um problema da posição “meio termo”. Isso porque, por mais que o autor proponha um afastamento das abordagens tradicionais, procura uma teoria científica do sistema internacional, essa situação faz com que seja necessário tomar os Estados como dados, excluindo diversas dimensões de sua construção. Situação que torna necessária a identidade da identidade e evita o argumento de que a realidade é construída. Sendo assim, sua perspectiva essencialista, compartilha as limitações do racionalismo que tanto critica, principalmente, em termos de sua incapacidade de abrir espaço para a produção intersubjetiva de significado.

A autora elabora a sua crítica a partir da centralidade dos gestos físicos na explicação da ação social de Wendt, o que torna impossível analisar a identidade como um processo

discursivo. Considera que essa omissão do papel da linguagem é importante para a suposição de que os Estados são atores unitários preestabelecidos. Em outras palavras, para detectar qualquer mudança de identidade, ela deve ser passível de identificação em qualquer ponto no tempo. Como os atores ou as ideias sobre o eu e o outro são constituídos em primeiro lugar não faz parte do relato; isso reduz a identidade a algo negociável. O autor exclui o processo de construção do Estado como sujeito e agente relevante. Este é um contexto em que histórias múltiplas não importam e questões políticas e de representação são ignoradas. Existe também o problema de considerar as identidades categorias causais que ajudam a explicar a política internacional. Entretanto, sendo definidas no discurso, não são entidades logicamente limitadas, são constantemente articuladas, rearticuladas e contestadas (ZEHFUSS, 2001).

O construtivismo “meio termo” enfatiza uma ontologia social, uma epistemologia positivista e um foco no desenvolvimento da teoria sintética do campo. Como pode-se observar, essa percepção aceita um compromisso modificado com o positivismo, o que faz seus estudiosos atuarem como realistas científicos. No entanto, o construtivismo e o positivismo dependem de suposições diferentes sobre a natureza da realidade. Além disso, é enganoso pensar que não se procura realizar suposições sobre atores e como eles operam. É um tipo de construtivismo que não funciona, pois evita o argumento que a realidade é construída. Existem alternativas a esse construtivismo, que destacam a inseparabilidade da ontologia e da epistemologia e buscam ser coerentes em sua filosofia social. Nessa formulação, a perspectiva construtivista não é uma teoria, mas uma forma de estudar as relações sociais na política internacional. No próximo subcapítulo tratamos de um “construtivismo consistente” (FIERKE, 2013), que procura corrigir as inconsistências aqui apresentadas.

2.3. O “CONSTRUTIVISMO CONSISTENTE”, UMA ABORDAGEM COM RAÍZES NA “VIRADA LINGUÍSTICA” QUE VALORIZA A LÓGICA DOS JOGOS

O “construtivismo consistente” coloca sua ênfase na geração de significado, normas e regras, conforme expresso na linguagem, pelos sujeitos da análise. É importante ressaltar que o construtivismo no geral concorda que o significado do comportamento humano e da realidade social é crucial para a análise das relações internacionais. No entanto, existem diferenças entre as abordagens quando observamos como o significado é criado, no que se entende pelo contexto intersubjetivo no qual ele está inserido. A principal diferença é a posição teórica da linguagem, o que possui implicações importantes no que diz respeito a questões de epistemologia e normatividade. No texto *Constructivism in International Relations: Wendt, Onuf, and*

Kratochwil, de 2015, Maja Zehfuss analisa os três principais teóricos dessa abordagem na política internacional. A autora observa que enquanto para Wendt, o contexto intersubjetivo surge de uma “conversa de gestos”, para Onuf e Kratochwil, ele é criado por atos de fala e institucionalizado por normas. Conclui que a posição em relação a linguagem representa no construtivismo de Wendt uma fraqueza e na abordagem dos outros dois autores uma força central para a análise política.

Mover a linguagem para o centro de uma análise da política tem implicações significativas. Em termos ontológicos, para Onuf e Kratochwil, nossa realidade social é pelo menos até certo ponto uma construção linguística, embora exista um mundo material. O papel da linguagem em relação à construção da realidade, no entanto, também leva a um problema epistemológico. Se a linguagem influencia a construção da realidade, isso significa que nossas teorias apoiam certas concepções da realidade e, portanto, certos grupos de pessoas. Assim, as reivindicações ontológicas e epistemológicas do construtivismo, como apresentadas por pelos autores, apontam para o problema da normatividade, enquanto isso não parece ser central para a abordagem de Wendt. Na abordagem dele, as normas são definidas como expectativas coletivas sobre o comportamento, sem tornar a linguagem uma questão. Em linhas gerais, tanto a linha de raciocínio de Kratochwil quanto a de Onuf demandam uma análise mais intensa do elemento linguístico da política. Isso significa que o próprio discurso e sua relação com o contexto das normas precisam ser analisados (ZEHFUSS, 2015).

Considerar a linguagem como inserida na prática social inseparável do mundo gera uma nova compreensão da relação entre sujeito e objeto e uma reavaliação da ciência. No artigo de Karin Marie Fierke, de 2002, *Links Across the Abyss: Language and Logic in International Relations*, a autora esclarece que o que está em questão são várias conceituações da relação entre linguagem, lógica e mundo, e como um ou outro molda os critérios para a análise. Nesse texto ela explora a “virada linguística” em duas fases baseadas em um de seus idealizadores, o filósofo Ludwig Wittgenstein. A primeira, associada com o positivismo lógico, que aborda a linguagem como um espelho da realidade; e, a segunda, como uma abordagem alternativa, que trata a linguagem como movimentos em um jogo⁶. Nessa fase o autor percebe que quando somos socializados não aprendemos apenas palavras, mas como agir no mundo. Segundo a autora, esse movimento torna possível o desaparecimento da distinção entre ontologia e

⁶ Na primeira fase, os critérios pertencem ao mundo objetivo, independente do significado humano e das práticas sociais, e são refletidos com mais ou menos precisão em modelos teóricos. Na segunda fase, deslocam-se para os critérios sociais e intersubjetivos de um mundo social ou político como objeto de análise.

epistemologia no construtivismo. Dado que, torna a lógica não um espelho do mundo objetivo, mas algo pertencente à gramática da linguagem.

O mundo não está simplesmente “lá fora” para ser espelhado na linguagem. Em vez disso, o usuário da linguagem está inserido em um contexto e restringido por suas regras, mas pode, por meio de suas escolhas e ações, moldá-lo. Nesse sentido, é importante notar que, em vez de uma única lógica no mundo, que se espelha na linguagem, existem vários jogos possíveis. Isso porque, as regras governam o raciocínio e a interação nos diferentes contextos, dando base para a atribuição de significado ao mundo material e às relações sociais dentro dele. Elas também podem ser mais ou menos estáveis, ou institucionalizadas, pois surgem por meio de um processo de ação e reação entre mais de uma parte. Portanto, como metodologia, Wittgenstein sugere que “olhem e vejam” como palavras ou ações recebem significado no contexto. O foco não está em atores individuais, mas em um processo social pelo qual uma estrutura de significado é substituída por outra. Dessa forma, a análise requer um exame dos jogos de linguagem que estruturam as interações durante uma transição de uma lógica para outra (FIERKE, 2002).

No texto, *Critical Methodology and Constructivism*, de 2015, Fierke sugere então o que chama de método da descrição crítica para trabalhar com essa abordagem. Em primeiro lugar, olhar para mudanças no contexto político mais amplo, o que tornaria uma mudança de jogos pensável para os líderes. O importante é buscar relações do ator, as suas interações e preocupações, e montar um mapa de identidades e práticas. Em segundo lugar, identificar padrões dentro do próprio contexto. Esses padrões devem ser identificados nos significados compartilhados que estruturam o espaço de manobra dentro de um contexto particular. Em último lugar, esses padrões devem ser identificados na linguagem, que não pode ser separada do mundo material. A questão central passa a ser como as práticas ganham significado dentro de um contexto de regras. Os atores não são determinados em reproduzir padrões, mas participam, por meio de suas ações ou reações, na construção de um tipo de contexto ou outro. Ou seja, as interações podem gerar novos padrões de ação.

O “construtivismo consistente” é utilizado para investigar como os parâmetros de um novo jogo foram construídos na prática ou como, ao longo do tempo, esses parâmetros mudam. Isso porque, fornece uma base para identificar as regras de um determinado jogo histórico e seu espaço de manobra. Além disso, serve para analisar como determinadas ações se tornam possíveis e para encorajar mais reflexividade sobre como os significados em um conflito político contribuem para determinados resultados. Dessa forma, acaba se diferenciando de uma abordagem que começa definindo os limites do significado para comparar os enunciados com

o mundo. A relação entre linguagem e mundo é invertida. Em vez de definir os limites do significado antes da análise, os limites do significado são identificados no contexto da interação. Nessa situação, o pesquisador, como parte de um contexto social, deve estar consciente do papel potencial de suas próprias categorias na constituição de uma realidade ou outra.

Tendo isso posto, este trabalho emprega essa abordagem para entender os jogos de linguagem da Índia na ordem mundial em construção depois da Guerra Fria, bem a sua contribuição para a política internacional contemporânea. Para tanto, baseado no método apresentado, se realiza na sequência, no capítulo três, uma descrição dos discursos da Índia na Assembleia Geral das Nações Unidas. Nessa parte do texto a autora procura identificar uma narrativa única dos representantes indianos no organismo, a qual é analisada no capítulo posterior. A descrição crítica, portanto, é dividida no texto em dois momentos, a construção descritiva dos discursos e sua análise. Em sua totalidade, são trinta discursos descritos e analisados no trabalho, uma para cada ano do período. Neles podemos considerar a formulação de um jogo alternativo, uma vez que, o país realiza uma reflexão que promove a ideia de transformação e mudança na instituição. Essa ocorre através da defesa de uma reforma, que possui impactos a nível global na estrutura o sistema de governança.

3. A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA ÍNDIA: UMA DESCRIÇÃO DOS DISCURSOS DO PAÍS NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Este trabalho entende que o mundo é mutável, o passado, o presente e o futuro são construídos por meio das práticas dos atores e suas interações com os outros. A premissa política e metodológica adotada assume a instabilidade da relação social e utiliza da linguagem, bem como a lógica dos jogos para analisar a política internacional. O uso da linguagem é então entendido como análogo a fazer movimentos em um jogo e moldar o seu ambiente. Com a disjunção das estruturas de significado no pós-Guerra Fria, a Índia e outros países passam a estar engajados em um novo jogo na política internacional. Essa situação abrange a contestação da ordem mundial contemporânea em construção ao longo das últimas décadas e as respectivas práticas dentro dela. Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo sistematizar os discursos da Índia na Assembleia Geral das Nações Unidas para investigar como suas práticas ganham significado nesse período no mundo. A elaboração de uma descrição crítica é utilizada como método para a observação de uma narrativa única estruturada, uma gramática compartilhada, nesse novo contexto. Esse é considerado um movimento de aprendizagem de práticas diversas, simultâneas ao modo experimental por meio do qual vai se “produzindo” a realidade.

É importante notar que, este texto tem um caráter descritivo da construção da narrativa indiana e o próximo capítulo se encarregará de sua análise. Observamos aqui o seu desdobramento gradual com base nos significados que o país trouxe para suas práticas e interações durante um período de trinta anos. O recorte temporal do período de 1992 a 2022 foi estabelecido considerando que no ano de 1991 a União Soviética ainda participou da reunião como Estado soberano, situação que ainda representa o jogo anterior da política internacional. Tendo isso posto, o capítulo está dividido da seguinte forma: 3.1) anos 1992-1999: em busca de uma organização multilateral e democrática que dê voz aos Estados menos desenvolvidos; 3.2) anos 2000-2009: uma década de críticas e de iniciativas para o fortalecimento do desenvolvimento e do multilateralismo; 3.3) anos 2010-2019: a necessidade de um multilateralismo reformado para enfrentar desafios globais e, 3.4) anos 2020-2022: a persistência no fortalecimento da organização para a criação de uma ordem mundial melhor.

Considerando a abordagem adotada, a narrativa da Índia nas Assembleias Gerais cria os limites dentro dos quais se constitui o significado das práticas do país no cenário mundial, o espaço dentro do qual realiza manobras. Com base na descrição dos discursos do país aqui apresentada, considera-se que a disputa política da ordem em construção depois da Guerra Fria é um reflexo de um conflito entre jogos diferentes de governança. Observou-se que a Índia, adotou uma postura reflexiva por meio de suas ações e reações, promovendo a construção de um outro contexto e desafiando os atores dominantes. Entretanto, a transição para essa lógica não se deu de forma completa, estando ainda em configuração e sofrendo resistências. Nesse sentido, percebe-se que ao longo do tempo os parâmetros da ordem mundial mudaram pouco, mas que jogos paralelos surgiram para disputar outros contextos de regras possíveis. Tendo isso posto, a narrativa da Índia é analisada no próximo capítulo para que assim se possa entender os seus jogos de linguagem no período e como se pode chegar a este argumento.

3.1. ANOS 1992-1999: EM BUSCA DE UMA ORGANIZAÇÃO MULTILATERAL E DEMOCRÁTICA QUE DÊ VOZ AOS ESTADOS MENOS DESENVOLVIDOS

O discurso do ano de 1992 da Índia foi realizado pelo Ministro das Relações Exteriores, Eduardo Faleiro. A sua fala inicia com a observação de que ocorreram mudanças em todo o mundo desde a reunião na Assembleia do ano anterior. O fim do confronto Leste-Oeste que deveria ter tornado o mundo mais seguro, ao mesmo tempo, desencadeou tendências étnicas, sectárias e outras. Além disso, os esforços dos países em desenvolvimento continuaram a ser impedidos pelas desigualdades da ordem econômica. Portanto, argumentou que seria necessário

trabalhar por uma nova ordem mundial livre da guerra e da pobreza e que as Nações Unidas teriam um papel central nesse esforço. Comentou então algumas situações que estavam ocorrendo no mundo. Mostrou preocupação com o conflito na Iugoslávia, a tragédia da Bósnia e Herzegovina, bem como da Somália. Em relação ao Camboja e ao Afeganistão, reforçou o apoio do país na construção de nações soberanas, independentes e não-alinhadas. Manifestou esperança no diálogo entre Israel e seus vizinhos árabes, defendendo a restituição dos direitos do povo palestino; entre outros (UNGA, 1992).

Mais adiante, mencionou o desarmamento nuclear, retomando a proposta de plano de ação de seu país dentro de um prazo especificado, reafirmando o compromisso da Índia com a não-proliferação. Saudou o fortalecimento dos direitos humanos no mundo e anunciou a criação de uma comissão nacional, ainda relacionou a violações neste âmbito com o terrorismo. Admitiu o bom desempenho da assistência humanitária, mas indicou que seria também importante abordar a pobreza e a falta de desenvolvimento a pedido dos países. Abordou a contribuição e o interesse do país no reforço da manutenção da paz, pontuando que as medidas previstas não devem levar à redução da soberania e da integridade territorial dos Estados. Argumentou a favor do alargamento do Conselho de Segurança e de uma maior eficácia da Assembleia Geral dado ao aumento dos países membros e as mudança internacional. Depois, afirmou que a agenda de desenvolvimento seria tão importante quanto a de paz, essa deveria manter um papel central nas políticas macroeconômicas⁷ e traduzir o conceito de sustentabilidade. Por fim, defendeu que as Nações Unidas deveriam ser moldadas como instrumento de consenso e ação entre as nações e de benefício comum nas questões de interesse global (UNGA, 1992).

No ano de 1993, o Ministro de Relações Exteriores da Índia, Dinesh Singh, começou seu discurso reiterando o apoio da Índia às Nações Unidas em sua transição institucional, desejando que esta reflita os interesses dos Estados menos desenvolvidos. Para ele, a euforia gerada pelo fim da Guerra Fria nos dois últimos anos deu lugar a preocupações sobre as dificuldades de alcançar estabilidade. Nesse contexto, o potencial dos países em desenvolvimento para atuar como motores do crescimento para revitalizar a economia mundial estaria sendo ignorado. A tarefa das Nações Unidas deveria ser construir um novo equilíbrio mundial, fomentando forças integrativas positivas e desencorajando, se não contrariando, as forças de fragmentação e discórdia. Em última análise, argumentou que as instituições que

⁷ Observou que as nações em desenvolvimento estavam envolvidas em reformas com o objetivo de se integrar com a economia global. Nesse sentido, pediu um acordo nas negociações da Rodada do Uruguai do GATT e uma reativação do diálogo Norte-Sul. Ainda criticou condicionalidades não econômicas na ajuda ao desenvolvimento.

representam a nova ordem seriam julgadas pela sua capacidade de aproveitar e canalizar as forças benéficas da integração em benefício da paz e do desenvolvimento para todos. As Nações Unidas deveriam garantir que os interesses de todos os seus Estados-membros sejam refletidos, inclusive dos mais fracos (UNGA, 1993).

Na sequência, as operações de paz foram percebidas de forma positiva em termos de segurança e de forma negativa enquanto o preparo da Organização para cumprir esse papel, dada a falta de clareza em seu envolvimento. Ainda referente à agenda de paz, a Índia declarou o seu compromisso com a não proliferação nuclear e uma inquietação com a negação aos países em desenvolvimento ao acesso de tecnologias críticas para usos pacíficos. Além disso, o discurso vinculou a segurança global com o desenvolvimento sustentável e a parceria entre o Norte e o Sul. Também demonstrou uma preocupação frente à relação das Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods. O compromisso da Índia com os direitos humanos também foi mencionado e vinculado ao respeito à soberania e a integridade dos Estados e a necessidade de um programa global de ação anti-terrorismo. Por último, foram tratadas questões relativas à reestruturação e redefinição do Conselho de Segurança para uma representação mais equilibrada e ampliada dos Estados-membros (UNGA, 1993).

Os seguintes países foram mencionados no discurso. A Bósnia, a Somália e o Afeganistão foram citados como exemplos de proliferação de conflitos locais, que causam ansiedade, preocupação e um fluxo crescente de refugiados. Com relação à estabilidade da sua região, a Índia se mostrou pronta para iniciar um diálogo com o Paquistão. O acordo de paz entre Israel e a Organização de Libertação Palestina também foi citado como um ponto positivo para estabelecer a paz na Ásia Ocidental. O reconhecimento pelo Conselho de Segurança da fronteira entre o Iraque e o Kuwait foi visto como uma contribuição para a estabilização da situação na região do Golfo. Ademais, o país saudou o progresso da África do Sul em direção à democracia e anunciou normalização de suas relações. Ainda fez menção a ajuda humanitária que a Índia forneceu na Somália. A apresentação da Rússia foi aludida no que se refere a algumas propostas em relação às operações de paz. Os Estados Unidos foram parabenizados pela sua decisão de estender a moratória sobre testes nucleares (UNGA, 1993).

O Ministro do Comércio, Pranab Mukherjee, realizou o discurso da Índia em 1994 na Assembleia Geral das Nações Unidas. A sua fala fez referências ao propósito da Organização e a mensagem de Mahatma Gandhi, pela qual constatou que estávamos entrando em uma nova ordem mundial com um vazio moral, sem uma promessa crível de paz e de não violência. Observou que a segurança global da época exigia uma abordagem holística e que a nova agenda das Nações Unidas deveria ser moldada dando à paz e o desenvolvimento igual prioridade e

tratamento. O fim da Guerra Fria foi entendido como uma oportunidade para o desarmamento global nas discussões do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e dos países não alinhados. No entanto, essas medidas teriam validade somente acompanhadas de uma agenda substantiva para o desenvolvimento. Também foram depositadas esperanças no surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) para as negociações multilaterais e na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social para um crescimento econômico sustentável, considerado o único garantidor da paz e da segurança (UNGA, 1994).

Além disso, realizou considerações sobre as operações de paz baseadas em novas doutrinas que justificam a intervenção armada em circunstâncias não bem definidas. O discurso menciona algumas propostas de princípios ordenadores que surgiram das reuniões do Movimento Não-Alinhado. A democratização do Conselho de Segurança foi outro tópico tratado para que órgão seja representativo e tenha maior legitimidade, defendeu-se a sua ampliação com a inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes; a Índia foi apresentada pela primeira vez como candidata. Os direitos humanos foram vinculados aos valores indianos, mencionou-se os avanços institucionais do país e as suas dificuldades nesse âmbito dado ao terrorismo na região; com preocupação, o início de um pensamento sério sobre este assunto foi solicitado. O discurso ainda realizou pediu apoio para o desenvolvimento da África do Sul e mencionou os princípios apresentados em conjunto da Rússia para a proteção dos interesses dos Estados pluralistas. Por fim, sugeriu a inclusão e o compromisso com os valores de Gandhi nas Nações Unidas (UNGA, 1994).

Na véspera dos cinquenta anos das Nações Unidas em 1995, Pranab Mukherjee realizou o discurso como Ministro das Relações Exteriores da Índia, nele retomou o compromisso da Organização com as nações soberanas. Seria tarefa das Nações Unidas nutrir a soberania dos países, respondendo às necessidades e prioridades sentidas da maioria de seus membros, que são países em desenvolvimento. Nesse sentido, pontuou algumas questões que o país gostaria fossem abordadas em sua agenda a partir deste aniversário. A economia recebeu destaque, principalmente no quesito da responsabilidade das Nações Unidas de supervisionar e coordenar políticas econômicas globais para que os países em desenvolvimento não sejam prejudicados. A democracia foi abordada a partir do entendimento que ela não gera automaticamente o desenvolvimento e a paz. Nesse sentido, as Nações Unidas deveriam então tomar essas proposições como objetivos, não como dados. O terrorismo foi tratado como uma guerra por outros meios, citando exemplos de Jammu e Caxemira e do Afeganistão, que estava afetando muitos países e sendo ignorado pela Organização (UNGA, 1995).

Outras duas questões foram criticadas no discurso, o desarmamento e os direitos humanos. A legitimação das armas nucleares pela extensão indefinida do TNP foi vista de forma negativa pelo país, pois foi entendida como contrária ao espírito de não proliferação. Segundo o discurso o seu objetivo atual é reter armas nucleares, garantindo que outros não as tenham. Isso posto, a Índia não assinou o tratado e se comprometeu a continuar a trabalhar com países para a eliminação precoce de todas as armas nucleares. No âmbito dos direitos humanos foram feitas considerações sobre a politização da agenda pelas Nações Unidas para atingir países alvo. O discurso como um todo reforçou que a Organização deve ser mais democrática em seu funcionamento. Em especial, apontou para uma reforma e reestruturação do Conselho de Segurança para que se torne mais representativo, mencionando a proposta dos membros do Movimento dos Países Não Alinhados. A Índia novamente se colocou como um país que deve estar entre os membros permanentes, citando suas colaborações nos esforços para manter a paz e a segurança internacional (UNGA, 1995).

O discurso do ano de 1996 na Assembleia das Nações Unidas foi realizado por Inder Kumar Gujral, Ministro das Relações Exteriores da Índia. A sua fala revelou uma preocupação com ações unilaterais de nações ricas e alegou que a voz do mundo em desenvolvimento se encontrava marginalizada e ignorada. Nesse contexto, a renovação do multilateralismo foi colocada em discussão e a cooperação internacional enfatizada como uma solução para atender a problemas globais. A credibilidade das Nações Unidas foi posta em questão e uma reforma da Organização que reflita a realidade da época foi exigida. Nesse contexto, a crise financeira da instituição também foi apresentada como uma ameaça. A importância de uma reforma no sistema econômico, na qual as Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods desenvolvessem uma parceria eficaz foi ressaltada⁸. Ademais, para além do terrorismo, questão que a Índia se coloca como líder na discussão, os direitos humanos passam a ser vinculados as questões econômicas. Na agenda de paz, o país condenou novamente medidas parciais de controle de armas, não se dispondo a fazer parte de tais arranjos (UNGA, 1996).

O discurso ainda reservou um espaço para apresentar as interações da Índia com o mundo do pós Guerra Fria. Com as reformas econômicas ocorridas desde 1991 o país buscou uma nova orientação externa, com uma maior integração ao mercado global. Atribuiu importância para desenvolvimento de relações cordiais e amigáveis com seus vizinhos para promover a paz, a estabilidade e a confiança, bem como relações econômicas e comerciais.

⁸ Essa seria para a Índia a alternativa para que o financiamento nos campos econômico e social seja assegurado e as demandas dos países em desenvolvimento atendidas.

Com o tempo, passou a desenvolver acordos de cooperação regional como a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC), Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Fórum Regional da ASEAN, o Conselho de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e a Orla do Oceano Índico. A cooperação sul-sul foi enfatizada, principalmente nas relações do país com a África, o Oriente Médio e a Ásia Central. A filosofia e os valores do Movimento Não Alinhado foram ressaltados como atuais para o país, significando independência de pensamento e autonomia de escolha. Situação que permite a percepção de que o país deve trabalhar em cooperação com o maior número de países (UNGA, 1996).

Inder Kumar Gujral realizou o discurso como Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Índia em 1997, ano do cinquentenário de independência do país. Ao retomar a importância do Movimento Não-Alinhado no pós-Guerra Fria, expressou a necessidade de nações anteriormente colonizadas terem uma voz em âmbito mundial. Nesse sentido, avaliou que as Nações Unidas devem se adaptar para melhor servir a comunidade internacional, tornando mais sensível às necessidades dos seus Estados membros através de uma reforma. Em especial, que o Conselho de Segurança fosse mais representativo. Enfatizou que desde 1994 a Índia está disposta a aceitar as responsabilidades da adesão permanente, que está pronta para trabalhar com os outros países para reconstruir as Nações Unidas a imagem das aspirações coletivas. Nesse contexto, mencionou não somente o tamanho de sua economia e as colaborações do país nas operações de manutenção de paz da Organização, mas as interações da Índia com outros países. A política externa da Índia do pós-Guerra Fria apresentada em seu discurso no ano anterior foi retomada em conjunto com as relações tradicionais do país com os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão em sua argumentação (UNGA, 1997).

Outro ponto que deve ser destacado é que para a Índia, a segurança e o desenvolvimento estão novamente intrinsecamente ligados em sua fala. O objetivo mais importante das Nações Unidas deveria ser a promoção do crescimento sustentável em países em desenvolvimento. Isso porque, a paz internacional só seria reforçada quando todos os países desfrutarem de um padrão mínimo de autossuficiência econômica e bem-estar. Essa abordagem vincula os direitos humanos a questões econômicas como no discurso do ano anterior, mas enfatiza que para alcançar o desenvolvimento é necessário estabilidade. Nesse sentido, o discurso faz apelo para que os Estados com armas nucleares alinhem as suas políticas para o desarmamento, deixando de lado tratados que procuram consolidar o seu monopólio nuclear. Outra ameaça global que foi pontuada foi o terrorismo, a qual passa a ser não só vinculada aos direitos humanos, mas ao desenvolvimento, já que o seu principal veículo é a violência e seu objetivo a destruição, o que gera instabilidade (UNGA, 1997).

No ano de 1998, o Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Índia, Atal Behari Vajpayee, se dirigiu à Assembleia das Nações Unidas dando ênfase à questão democrática. A sua fala afirma que a característica distintiva das últimas duas décadas tem sido a disseminação da democracia em todo o mundo. Sendo assim, um organismo internacional que não reflita as mudanças que ocorrem no mundo enfrentará um déficit de credibilidade. A Índia deseja ver a democratização das próprias Nações Unidas, a fim de salvaguardar a sua função. A solução apontada é tornar os países em desenvolvimento membros permanentes do Conselho de Segurança; se trataria inclusive de um direito. Isso porque, os seus interesses não serão promovidos ou protegidos, a menos que os países em desenvolvimento se tornem membros permanentes em pé de igualdade com os membros atuais. A Índia acredita que tem essa capacidade e que está preparada para essa responsabilidade (UNGA, 1998).

Na sequência são apresentadas algumas questões relacionadas aos desafios da governança mundial. O primeiro deles foi o flagelo do terrorismo, pelo qual a Índia afirmou vir lidando por quase duas décadas em sua região, que para ser derrotado precisaria uma ação internacional organizada. Em vista disso, disse que o Movimento dos Países Não-Alinhados convocou uma conferência no próximo ano para desenvolver uma resposta coletiva. Existe também uma percepção crescente no país de que os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos formam uma teia. Nesse sentido, a Índia se preocupa que a defesa da promoção dos direitos humanos seja muitas vezes feita à custa do direito ao desenvolvimento. O desafio do desarmamento nuclear para a comunidade internacional foi outra questão pontuada, bem como as propostas da Índia neste âmbito historicamente não foram aceitas. Com a deterioração do seu ambiente de segurança, o país se viu obrigado a realizar em maio uma série limitada de ensaios subterrâneos. No entanto, afirmou que estes testes nucleares não sinalizam uma diluição do compromisso da Índia com o desarmamento global (UNGA, 1998).

Conclui alegando que a década de 1990 ficou muito aquém das expectativas e que isso foi bastante visível no cenário econômico global. Segundo sua avaliação existia uma crescente aceitação de que a liberalização prematura dos mercados de capitais foi a principal causa da crise da época. Entretanto, isso não significa que o mundo deveria voltar atrás na globalização. A questão seria não deixar que um sistema desenfreado de livre mercado agrave as disparidades econômicas e sociais existentes. Para tanto, seria necessário que os países atuassem como democracias responsáveis e criassem instrumentos políticos para promover um ambiente mais estável a longo prazo. O futuro da economia global e interdependente deveria ser discutida em um diálogo internacional. Essa seria uma tarefa para os Estados soberanos e não poderia ser deixada à dinâmica de um mercado não regulamentado. Para o seu país, portanto, a globalização

não seria inconsistente com a liberalização gerenciada. No final de sua fala convidou então os líderes mundiais a entrar na era que se iniciava com uma nova perspectiva (UNGA, 1998).

O Ministro das Relações Exteriores da Índia, Jaswant Singh, realizou em seu discurso no ano de 1999 na Assembleia Geral uma reflexão sobre o século que então se encerrava. Observou que com o fim da Guerra Fria as Nações Unidas poderiam ter sido relançadas, democratizadas e tornadas contemporânea. A reforma do Conselho de Segurança seria um ponto importante; as credenciais da Índia aqui foram reforçadas para a adesão permanente. Outra questão seria que a instituição não foi concebida como um super Estado. Não haveria substituto viável para o Estado soberano, mesmo a globalização só poderia funcionar através de intermediários estatais. Nesse sentido, defendeu que ela precisaria ser politicamente dirigida para criar oportunidades econômicas iguais. Segundo ele, isso faz parte do credo democrático indiano. Constatou também que os direitos humanos se tornaram um tema transversal do trabalho das Nações Unidas, mas argumentou que este deveria ser o desenvolvimento, dado que muitas de suas questões estão enraizadas na pobreza. Também afirmou que, se globalização deveria beneficiar a todos, uma nova regulamentação seria necessária (UNGA, 1999).

O terrorismo seria a própria antítese de tudo o que as Nações Unidas representam. O considerou uma violação dos preceitos democráticos e dos direitos humanos básicos, bem como uma ameaça à segurança internacional. Nesse sentido, comentou a situação do Afeganistão e a hostilidade do Paquistão, observando como elas atrasam o desafio do desenvolvimento dos países da região; citou a SAARC como exemplo. Ademais, defendeu o conceito de segurança coletiva para defender a paz e a segurança globais. Outro tópico que abordou foi o do desarmamento nuclear, retomando que o compromisso da Índia com a causa permanece e que o país estaria envolvido nas discussões; que sua posição se mantém coerente. O discurso foi finalizado pontuando as áreas de atuação que a Índia gostaria que fossem consideradas nos primeiros anos da próxima década: financiamento do desenvolvimento; medidas para reduzir os perigos da utilização de armas nucleares; reforma e ampliação do Conselho de Segurança; uma convenção global contra o terrorismo; e fortalecimento do sistema de desenvolvimento (UNGA, 1999).

3.2. ANOS 2000 – 2009: UMA DÉCADA DE CRÍTICAS E DE INICIATIVAS PARA O FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO E DO MULTILATERALISMO

O Ministro das Relações Exteriores, Jaswant Singh, realizou o primeiro discurso da Índia no século que se iniciava. A sua fala começou com uma menção da Declaração do

Milênio, então adotada como uma visão compartilhada de trabalho para a comunidade internacional no âmbito das Nações Unidas. Esta foi encarada de forma positiva pelo governo indiano, que nesse espírito reforçou a ideia da necessidade de a Organização refletir o mundo do século atual e se tornar eficaz. Essa deveria estar à altura das expectativas dos países membros, incluso dos em desenvolvimento, e de suas aspirações comuns. Para a Índia, todos deveriam agir como Estados nacionais comprometidos com a ação coletiva e a cooperação internacional, pois estes seriam os meios para proporcionar efeitos mais amplos de paz e progresso. Mais adiante se debruçou sobre a reforma das Nações Unidas para fortalecer os princípios e as práticas democráticas, abordando a necessidade da expansão dos membros do Conselho de Segurança, reafirmando a Índia para a adesão permanente. Outra questão apontada foi o sentimento de que Assembleia Geral deveria ser mais eficaz (UNGA, 2000).

O restante do discurso foi dedicado à segurança e ao desenvolvimento, os temas dos direitos humanos e do meio ambiente apareceram em segundo plano. No primeiro tópico foi abordado o desarmamento nuclear global e a não proliferação, em que a Índia se posicionou como na vanguarda dos debates e reafirmou seu compromisso com eles. A circulação de armas de pequeno calibre também apareceu como uma preocupação relacionada com o terrorismo e o narcotráfico, sobre a qual o país apresentou uma proposta de convenção. No segundo tópico apelou-se para o aumento da orientação e empenho das Nações Unidas para o desenvolvimento. Nesse sentido, para abordar as causas da pobreza a Índia entende que seria necessário reordenar e remodelar as relações internacionais. Em sua fala sobre o tema colocou grande ênfase no crescimento econômico inclusivo e na justiça social, bem como fez críticas aos países desenvolvidos por suas tendências protecionistas e sua falta de compromisso com financiamento, redução de dívidas e transferência de tecnologias (UNGA, 2000).

O governo da Índia também demonstrou apoio aos processos de paz que estavam ocorrendo no Oriente Médio e na península coreana. Em relação ao fortalecimento dos princípios de práticas democráticas, foram tecidos elogios a Organização da Unidade Africana e a Commonwealth. Além disso, manifestou preocupação com a derrubada do governo constitucionalmente eleito em Fiji e desejou que a comunidade internacional exerça a sua autoridade para trazer o país de volta ao caminho da democracia. O esquecimento do mundo da situação do Afeganistão também abordado, o terrorismo, o tráfico de drogas e o fluxo de armas, deveria causar preocupação justificável no mundo. Ademais, o caso afeta negativamente a paz e a segurança de toda a vizinhança, desde a Ásia Ocidental à Ásia Central e ao Sul da Ásia. Então defendeu um acordo abrangente para que se restaure a paz. Por fim, considerou que os esforços da África para o desenvolvimento deveriam ser apoiados pela comunidade

internacional, permanecendo estes na linha de frente dos trabalhos da Assembleia Geral (UNGA, 2000).

No ano de 2001, o discurso do Primeiro-Ministro da Índia, Atal Behari Vajpayee, na Assembleia Geral atendeu a dois temas: o terrorismo frente os atos de 11 de setembro e os efeitos da globalização. Nesse contexto, recordou que nem a distância nem o poder isolam um Estado do terrorismo e que essa tragédia criou uma oportunidade de moldar uma resposta global para a temática. Ademais, apresentou a posição da Índia em favor da campanha no Afeganistão e sua vontade em colaborar nos esforços de reconstrução do país. Entretanto, argumentou que o custo humano da desaceleração econômica global seria maior que esse ato terrorista em específico, principalmente nos países em desenvolvimento. A globalização deveria levar em consideração suas vítimas, apesar deste pensamento não ter penetrado nas economias desenvolvidas. O regime deveria ser reprojetoado com o desenvolvimento sustentável em seu centro e gerar finanças em larga escala para o alívio da pobreza. A Índia então se disponibilizou para coordenar um diálogo abrangente sobre a questão. A luta pelo desenvolvimento equitativo e a guerra contra a pobreza seriam tão importantes quanto a campanha contra o terrorismo e a busca por segurança coletiva (UNGA, 2001).

Atal Behari Vajpayee, Primeiro-Ministro da Índia, também realizou o discurso do ano de 2002 do país nas Nações Unidas. A sua fala iniciou retomando a questão do terrorismo e o relacionando com o Sul da Ásia, com a sua situação com o Paquistão. O tópico foi abordado como uma resposta a ameaças que suas ações poderiam provocar uma guerra nuclear, bem como as afirmações ouvidas na Assembleia de que a morte de civis em Jammu e Caxemira faziam parte de uma luta pela liberdade. No que diz respeito ao seu país, defendeu que não querem uma guerra e que não estão buscando nenhum território, apenas o fim do terrorismo transfronteiriço. Além disso, questionou como o Paquistão pode ser um parceiro na coalizão internacional contra o terrorismo e o utilizar como instrumento de política de Estado contra a Índia. Também acusou os países que toleram os atos de seu vizinho de oferecer álibis aos terroristas, absolvendo-os da responsabilidade de suas ações. Na sequência, o discurso abordou questões relativas ao desenvolvimento, utilizando os termos Norte e Sul depois de dez anos para designar as disparidades entre os países (UNGA, 2002).

Os meios para tratar dos efeitos da globalização existiriam, o que faltaria seria vontade política dos países desenvolvidos. Sobre esse cenário ainda estaria a questão da mudança climática, a qual os países pobres sofrem mais, embora tenham contribuído menos para isso. Para a Índia, os valores humanos se tornaram espectadores na maioria das atividades políticas, eles precisam ser retomados. O desenvolvimento deveria ser compreendido e abordado em sua

totalidade tanto por questões materiais quanto imateriais. As Nações Unidas precisam então tomar novas e maiores iniciativas nesse sentido. Sendo assim, retomou a oferta da Índia de coordenar um diálogo abrangente sobre o desenvolvimento global. O que estaria em jogo seria um destino comum, por isso o mundo precisaria do multilateralismo. A maioria dos países concorda com uma ordem global estável baseada nos pilares da paz, da segurança, do desenvolvimento sustentável e da democracia, argumentou (UNGA, 2002).

Em 2003, o discurso foi realizado novamente pelo Primeiro-Ministro da Índia, Atal Behari Vajpayee. Nesta ocasião, ele fez uma reflexão sobre o compromisso com o multilateralismo, a sua aplicabilidade e a forma como pode ser exercido, pontuando três aspectos. O primeiro, o reconhecimento que as Nações Unidas têm limites do que podem alcançar e mudanças devem ser feitas em sua forma e função para desempenhar o seu papel contemporâneo. O segundo, a questão do Iraque gerou um debate sobre o funcionamento e a eficácia da própria Organização. Essa crise deveria servir de aviso que, enquanto o Conselho de Segurança não for reformado e reestruturado, as suas decisões não poderão refletir a vontade coletiva da comunidade das nações. Para que represente o multilateralismo nas suas decisões e ações, os seus membros deveriam refletir as realidades mundiais atuais. O terceiro, mesmo após essa reforma, o Conselho de Segurança teria de desenvolver mecanismos de tomada de decisão adequados que garantam uma melhor representação da vontade coletiva (UNGA, 2003).

O restante do discurso foi dedicado ao debate de questões de segurança, principalmente o terrorismo, e de desenvolvimento. A coalizção global contra o terrorismo registrou sucessos no Afeganistão, mas não foi capaz de estendê-los em outros lugares. Nesse sentido, a Índia considerou tolerar dois pesos e duas medidas contribuir para multiplicar o terrorismo. Em sua relação com ao Paquistão, afirmou que quando o terrorismo transfronteiriço parar, ou quando for erradicado, existirá diálogo. O compromisso de combater ameaças não militares à segurança humana e internacional também apareceu no discurso. Sobre o desenvolvimento, argumentou que os países do Norte e do Sul deveriam retomar o diálogo. A globalização gerou crises e instabilidade em vários países e aumentou drasticamente a pobreza. Em especial, defendeu que os países em desenvolvimento precisam coordenar as suas posições nas negociações internacionais. O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), que fora estabelecido naquele ano, seria um esforço nesse sentido (UNGA, 2003).

No aniversário de 60 anos das Nações Unidas no ano de 2004, o então Primeiro-Ministro, Monmahan Singh realizou o discurso da Índia. Ele fez uma reflexão sobre os desafios que necessitam uma resposta global para criar um mundo que manifeste os ideais das Nações Unidas. O primeiro, o terrorismo, com a existência de uma coligação global, deveriam dar a

frente a esta substância e credibilidade, evitando abordagens seletivas e conveniências políticas. O segundo, as armas de destruição maciça, para o qual seria necessário a criação de um consenso global das nações contra a sua proliferação, bem como instituições representativas e não clubes exclusivos de países privilegiados. O terceiro, o desenvolvimento, a comunidade internacional deveria encontrar formas de contrair os círculos de exclusão da globalização com fontes de financiamento e acesso a novas tecnologias. Nesse sentido, demonstrou preocupação com o atraso da implementação dos objetivos da Cúpula do Milênio. O quarto e último, a democracia, a qual deveria determinar a forma da arquitetura da instituição, bem como uma cultura de multilateralismo genuíno (UNGA, 2004).

O discurso ainda fez breves referências sobre ao Iraque e ao Afeganistão, dois países os quais a Índia tem laços historicamente amigáveis e cujo regresso precoce à normalidade política era o foco da atenção do mundo. Coerente a essa posição, o país anunciou que contribuiria com a recuperação humanitária e econômica do primeiro e continuaria com a assistência à reconstrução ao desenvolvimento do segundo. Além disso, comentou que a Índia e o Paquistão iniciaram um diálogo para resolver todas as suas questões. Para concluir, reafirmou o compromisso da Índia com os princípios das Nações Unidas, os quais mantêm a sua relevância e validade, mesmo quando a economia global e política internacional colocam desafios novos e diferentes. A Índia foi então apresentada como consciente das responsabilidades pela frente. Em relação a isso, alegou que o país tem capacidade necessária para assumir e participar da reestruturação de uma ordem mundial justa e dinâmica (UNGA, 2004).

O Ministro das Relações Exteriores, Kunwar Natwar Singh, realizou o discurso do ano de 2005 da Índia na Assembleia Geral. A sua fala iniciou com uma menção ao documento adotado no início da sessão, o seu processo de construção foi elogiado como exemplo de multilateralismo, com a participação do mundo em desenvolvimento. A questão econômica ocupou então espaço em sua fala. A Declaração do Milênio e o documento final não chegaram a um acordo de como tornar a globalização um processo mais justo e equitativo. Entretanto, o ciclo de pobreza não pode ser rompido sem fluxos de recursos e a aplicação da ciência e da tecnologia. A Índia tem procurado fazer a sua parte conforme se desenvolve e avança tecnologicamente, expandido a cooperação econômica e técnica, reforçando a solidariedade política⁹. Da mesma forma, a Índia enquanto membro do G-20 assegurou que continuará a promover os interesses de todos os países em desenvolvimento. Mencionou a importância de

⁹ O país passou a realizar programas extensivos na África e em outras partes do mundo em desenvolvimento. A Índia também contribuiu para o Fundo Sul para o Desenvolvimento e para a Ajuda Humanitária. Além disso, o mecanismo do IBAS para o alívio da pobreza e da fome também foi citado como exemplo de cooperação sul-sul.

iniciativas que incentivam a reforma das instituições de Bretton Woods e o restabelecimento do papel central das Nações Unidas na agenda econômica (UNGA, 2005).

As negociações sobre o documento final demonstraram que não foi possível alcançar mais sobre os aspectos de desenvolvimento do comércio, porque o Conselho de Segurança não foi tornado representativo. Em vista disso, mencionou que o quadro de resolução do G-4 fez a mudança em sua composição uma questão central que não pode mais ser ignorada ou desconsiderada. Então argumentou que não teria sentido falar de inclusão, transparência e democracia e o deixar como uma exceção a esses princípios. A sua fala foi reforçada com as palavras do Primeiro-Ministro Jawaharlal Nehru (1947-1964) sobre o dever da participação na crescente estrutura da ordem mundial. Na sequência, afirmou que a reforma do Conselho de Segurança não teria a ver com o prestígio, mas com a transformação do equilíbrio de poder no mundo. Por fim, desejou que as Nações Unidas fossem um instrumento de gestão da mudança, orientada para enfrentar os desafios contemporâneos, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento da humanidade em geral. Fechou então seu discurso com as palavras do poeta Rabindranath Tagore sobre a visão de um mundo melhor (UNGA, 2005).

No ano de 2006, o Ministro da Defesa, Pranab Mukherjee, realizou o discurso da Índia. O primeiro tópico que abordou foi a reforma das Nações Unidas, reconheceu os avanços realizados no ano anterior, porém afirmou que faltou abordar algumas questões. A reforma deveria incluir a arquitetura dos organismos multilaterais que supervisionam a segurança, o comércio, os fluxos financeiros e o desenvolvimento. Para que o Conselho de Segurança desempenhe o papel que lhe é conferido na Carta seria necessário uma reforma abrangente e o alargamento de seus membros. A revitalização da Assembleia Geral estaria entrelaçada a essa questão, uma vez que isso levaria a um melhor funcionamento da organização. As Nações Unidas também deveriam orientar a reforma global dos sistemas financeiros e comerciais internacionais. Sem essa reforma, não haveria fluxos de recursos e tecnologias assegurados para os países em desenvolvimento. Situação que dificulta a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (UNGA, 2006).

Depois de abordar esse tópico, voltou-se a outras questões. O terrorismo foi a primeira delas tratada. A Índia adotou a Estratégia Global das Nações Unidas de Luta contra o Terrorismo, embora esperasse que a Organização transmitisse uma mensagem mais forte para combater ao terrorismo. Apesar disso, defendeu que a convenção abrangente sobre o terrorismo internacional, que continua a ser um trabalho em curso, deve ser finalizada e adotada. Outra questão tratada foram as armas nucleares. A posição continuou a ser de que a melhor medida para a não proliferação seria o desarmamento universal. Para alcançar isso, sugeriram retomar

a proposta do Primeiro-Ministro Rajiv Gandhi (1984-1989) de um mundo livre de armas nucleares de forma calendarizada; a Índia apresentou um documento de trabalho sobre o tema. Por último, terminou seu discurso afirmando que a reforma das Nações Unidas se tornou imperativa para enfrentar os desafios contemporâneos, reforçando o seu papel e autoridade como um verdadeiro núcleo do multilateralismo (UNGA, 2006).

O Ministro das Relações Exteriores da Índia, Pranab Mukherjee, realizou o discurso do ano 2007 na Assembleia Geral. Em primeiro lugar, expressou sua gratidão pela adoção unânime do Dia Internacional da Não-Violência na data do aniversário de nascimento de Mahatma Gandhi, dois de outubro. Então seguiu sua fala defendendo que os encargos para frear as alterações climáticas deveriam ser repartidos de forma justa e não deveriam impedir o desenvolvimento econômico no mundo em desenvolvimento. Além disso, o crescimento econômico deveria ser inclusivo, produzindo benefícios dispersos como melhora na saúde, nutrição e educação, com o objetivo de diminuir a pobreza. Para tanto, a comunidade internacional por meio das Nações Unidas deveria apoiar de forma mais eficaz os esforços dos países em desenvolvimento. Uma reforma abrangente na arquitetura financeira internacional seria um ingrediente chave nesse processo, incluindo uma maior participação destes países nas instituições de Bretton Woods. As negociações comerciais da Rodada de Doha na OMC seriam outro imperativo nesse processo (UNGA, 2007).

A Índia entende que o sistema internacional não pode ser reordenado de forma significativa sem uma reforma abrangente das Nações Unidas. Para que continue a pedra angular da arquitetura internacional precisa se adaptar ao mundo contemporâneo. A reforma precisa incluir o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral. Tendo isso posto, a Índia junto com parceiros da África, da América Latina e da Ásia, apresentou uma resolução com os princípios para que seja significativa. Nesse sentido, agradeceu as declarações de apoio dos Estados Unidos e outros países. Ademais, anunciou que o país continuará envolvido no desenvolvimento do quadro institucional do Conselho dos Direitos Humanos e apoiou o estabelecimento do Fundo das Nações para a Democracia. Também apresentou propostas para o desarmamento geral e completo, em especial o nuclear. E retomou a necessidade da adoção de uma convenção abrangente contra o terrorismo internacional. Para concluir, manifestou a esperança de que as deliberações levassem a ações nos próximos anos (UNGA, 2007).

O discurso de 2008 foi realizado pelo Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh. Antes de tudo, ele observou que foram realizados poucos progressos na agenda adotada para a reforma das Nações Unidas, situação que precisaria mudar. Depois deu ênfase ao desenvolvimento em sua fala, colocando algumas questões de segurança no escopo econômico.

Afirmou que a não distribuição de forma equitativa dos benefícios da globalização preocupa o governo indiano. Para atender tal questão seria necessário criar condições para o crescimento inclusivo dentro e entre as nações. Além disso, demonstrou preocupação com a ameaça de uma possível crise alimentar e energética global, bem como com as perturbações no mercado financeiro internacional. O impacto desses problemas afetaria tanto as economias industrializadas quanto as em desenvolvimento, com a diferença que os últimos não conseguiriam arcar com a crise. Sendo assim, argumentou sobre a demanda de uma ação coordenada da comunidade global em várias frentes (UNGA, 2008).

O sistema financeiro mundial deveria passar por reformas estruturais, com regulamentação mais eficaz e sistemas mais fortes de consultas e supervisão multilateral. Seria importante um pacto global que garanta a segurança alimentar e os meios de subsistência, com a transferência de tecnologia e inovação para os países em desenvolvimento. A liberalização do comércio na agricultura também poderia ajudar. O cumprimento do compromisso do objetivo estabelecido de ajuda pública ao desenvolvimento deveria acontecer, com esforços especiais no caso africano. A segurança energética poderia ser trabalhada com a investigação e desenvolvimento conjunto de eficiência energética; a Índia se abriu para a cooperação nuclear civil. No restante de seu discurso, fez observações no âmbito da segurança e da democracia. Primeiro, reiterou a proposta do país de convenção sobre armas nucleares. Segundo, pontuou a instabilidade causado pelo terrorismo ameaça os esforços do desenvolvimento; citou a situação no Afeganistão. Terceiro, saudou o regresso da democracia no Paquistão e seu diálogo pacífico, bem como os governos democráticos do Nepal e do Butão (UNGA, 2008).

O Ministro das Relações Exteriores da Índia, Somanahalli Malliah Krishna, realizou o discurso do ano de 2009 do país. A sua fala iniciou fazendo um balanço dos desafios globais enfrentados coletivamente que exigem abordagens e soluções conjuntas. A turbulência financeira afetou mais os países em desenvolvimento e ameaçou a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. No âmbito da mudança climática, os países em desenvolvimento devem ser apoiados financeiramente, tecnologicamente e com recursos de reforço de capacidades, para que possam fazer face aos imensos desafios da adaptação. No alívio da pobreza, o crescimento econômico acelerado e a segurança energética seriam fatores críticos, bem como a paz e a estabilidade. Assim, reiterou também a sua proposta de trabalho sobre o desarmamento nuclear e a não proliferação. E abordou o desafio do terrorismo, reforçando a relevância de um quadro jurídico; uma convenção deveria ser adotada (UNGA, 2009).

Nesse contexto, realizou uma reflexão se as Nações Unidas e outras estruturas de governança global estariam voltadas para enfrentar efetivamente esses desafios. Como

resultado apontou como preocupante que estas não sejam inclusivas e participativas, não acompanhando as alterações do cenário contemporâneo. Isso porque, o governo indiano acredita que as vozes do mundo em desenvolvimento seriam de central relevância para obter respostas aos desafios globais. Considerou então que a reforma e a reestruturação da arquitetura de governança global seriam necessidades críticas da época. No entanto, apesar de não se registrarem grandes progressos até então, não se deveria deixar que a lentidão de ação enfraqueça a Organização diante de tais desafios. Em vez disso, propôs que todos devem trabalhar em conjunto para torná-la mais robusta e capaz de uma resposta eficaz. Para concluir, mencionou uma fala da primeira-ministra Indira Gandhi (1966-1977 e 1980-1984), reiterando o empenhamento da Índia no trabalho das Nações Unidas (UNGA, 2009).

3.3. ANOS 2010 – 2019: A NECESSIDADE DE UM MULTILATERALISMO REFORMADO PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS GLOBAIS

O Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, realizou o discurso do ano de 2011 do país na Assembleia Geral. Sua fala iniciou com a observação que a sessão ocorria num momento de grande incerteza de mudanças profundas. Os diferentes eventos econômicos, sociais e políticos em várias partes do mundo e seu impacto adverso estariam sendo sentidos por todos. As nações estariam recebendo um chamado para lidar com as dimensões negativas da globalização e da interdependência global. Essa situação possuiria um impacto negativo nos países em desenvolvimento. Para enfrentar esses desafios os países deveriam adotar uma abordagem cooperativa, voltando a abraçar os princípios sobre os quais as Nações Unidas foram fundadas, o internacionalismo e o multilateralismo¹⁰. Seria necessário abordar o déficit de governança global; as Nações Unidas precisariam ser mais fortes e eficazes, sensíveis às aspirações de todos. Para isso, o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral deveriam ser revitalizados e reformado e agenda do desenvolvimento teria de ser reconduzida ao centro das prioridades da Organização (UNGA, 2011).

Outro ponto abordado no discurso foi que os países em desenvolvimento precisam de um ambiente externo pacífico para crescer. No Sul da Ásia, comentou, existem sinais encorajadores de cooperação no domínio da segurança, como nas relações da Índia com Bangladesh. Mesmo assim, o processo de construção da nação e de reconciliação do

¹⁰ No entanto, as ações empreendidas sob a autoridade da Organização devem respeitar a unidade, a integridade territorial, a soberania e a independência de cada Estado. Da mesma forma, os governos teriam o dever de criar condições que lhes permitam determinar livremente os seus caminhos para o desenvolvimento.

Afeganistão continuaria vital para garantir a paz e a segurança na região. Ademais, o governo indiano desejou uma arquitetura aberta, inclusiva e transparente na cooperação regional na Ásia Pacífico e uma resolução pacífica de suas diferenças. Também apelou para uma resposta abrangente e eficaz ao problema da pirataria no Mar Vermelho e na costa da Somália. Por último, pediu a união dos esforços para prestar assistência humanitária nos países atingidos pela fome e seca no Chifre da África. O seu discurso foi finalizado com a afirmação da importância da renovação da fé na Carta e nos objetivos das Nações Unidas (UNGA, 2011).

O discurso do ano de 2012 foi realizado pelo Ministro das Relações Exteriores da Índia, S. M. Krishna. Em sua fala afirmou que os múltiplos desafios globais que transcendem as fronteiras nacionais exigem soluções de forma concertada e coordenada. Considerou que as Nações Unidas e as normas de relações internacionais que a instituição promoveu continuam a ser válidas para lidar com essas situações. No entanto, afirmou que a arquitetura da governança global deveria refletir as realidades contemporâneas. Em vista disso, afirmou que a Índia continuaria a respeitar a sua Carta e se esforçaria para reforçar a Organização. Depois, com o acontecimento do Rio+20, deu ênfase a uma agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015 inclusiva, bem como ao fortalecimento da cooperação Sul-Sul; em especial com a África. Na segurança, defendeu as normas do discurso internacional pacífico, fazendo referência aos valores de Mahatma Gandhi de coexistência e tolerância (UNGA, 2012).

O seu discurso tratou também de temas relacionados à estabilidade regional. A crise na Síria foi classificada como uma séria preocupação, uma vez que, qualquer militarização adicional poderia ter consequências para a região. O apoio à causa palestina foi mencionado como uma pedra angular da política externa do país; considerou imperativo que ocorra uma rápida formação de um Estado soberano e independente. Certa ansiedade foi demonstrada com a ameaça da pirataria e do assalto a mão armada no mar, as quais trazem consequências econômicas e comerciais, bem como implicações humanitárias. Ademais, desejou relações construtivas e amistosas com todos os seus vizinhos. Comentou que o país tem uma visão de uma região pacífica, estável e próspera, com maior cooperação e conectividade entre a Ásia Central, o Golfo e o Sudeste Asiático. Em especial, no Sul da Ásia tem procurado reforçar as relações bilaterais individualmente e através da SAARC. Além disso, anunciou que retomou o processo de diálogo com o Paquistão para normalizar a sua relação. O governo indiano demonstrou seu apoio aos esforços na construção do Afeganistão, criando um ambiente de paz e segurança na região (UNGA, 2012).

O Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, realizou o discurso de 2013 do país. Considerando que o mundo enfrenta múltiplos desafios, citou o aumento do ceticismo sobre a

capacidade das Nações Unidas e falta de um ambiente propício ao multilateralismo. Em sete décadas, o mundo mudou de maneiras fundamentais; a Ásia e a África se tornaram independentes e ressuscitaram. Essa transformação exigiria uma construção de um novo consenso internacional adequado e enraizado nas realidades contemporâneas. Portanto, para que o multilateralismo permaneça relevante e eficaz no futuro, as suas instituições precisariam ser renovadas com urgência. Essa renovação se daria através da presença dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança e de sua voz nas instituições financeiras globais. Para a Índia somente esse plano de ação permitiria às Nações Unidas enfrentar os testes de legitimidade, eficácia e eficiência (UNGA, 2013).

Algumas questões para ajudar a preparar o terreno para a agenda de desenvolvimento pós-2015 também foram levantadas. Entre elas, pontuou que o crescimento inclusivo exige um ambiente favorável, fluxos de investimento, transferência de tecnologia e um regime de comércio aberto. Ademais, argumentou que a erradicação da pobreza deveria ser a prioridade desta agenda e enfatizou que a importância das parcerias para trazer mudanças; a Índia se mostrou orgulhosa do seu trabalho com países em desenvolvimento. No que tange a segurança, se apresentou preocupado com o futuro da Ásia Oriental e com o conflito da Síria. Por outro lado, sentiu-se encorajado pela retomada das negociações entre Israel e Palestina, dando apoio ao segundo. Ainda mencionou o Afeganistão e a necessidade de apoio para a criação de um país estável. Também abordou o terrorismo, que para a Índia abrange a sua situação com o Paquistão, para que haja progresso no diálogo bilateral. Por fim disse que os desafios securitários da época exigem a construção de um novo entendimento, seja no domínio da cibersegurança, da não proliferação ou do terrorismo (UNGA, 2013).

O discurso da Índia do ano de 2014 foi realizado pelo Primeiro Ministro Narendra Modi. Mobilizando a tradição filosófica nacional, explicou que o país vê o mundo como uma família e que devido a essa percepção, acredita no multilateralismo. Nas últimas décadas, admitiu que muito foi alcançado pelas Nações Unidas: uma onda de democracia em todo o mundo, bem como de prosperidade na Ásia e fora dela, fundada no reforço da paz e da estabilidade¹¹. No entanto, mais adiante observou que o mundo estava testemunhando um alto nível de tensão e turbulência, apesar de não haver grandes guerras. Defendeu então que a cooperação internacional seria mais necessária do que nunca, que as nações deveriam se unir para atender os desafios da época; seria imperativo ter uma verdadeira participação e parceria internacional.

¹¹ Conectou a percepção um ambiente pacífico e estável com a política externa indiana, na promoção da amizade e a cooperação com países vizinhos; inclusive com o Paquistão.

E esses esforços de promoção de um diálogo positivo e cooperação entre os países deveriam começar pelas Nações Unidas, em especial, no Conselho de Segurança, o tornando mais democrático e participativo (UNGA, 2014).

Continuou o seu discurso dizendo que as nações deveriam pôr de lado as suas diferenças e montar um esforço internacional que concorde no combate ao terrorismo, na ordem no espaço exterior e no ciberespaço, bem como nos esforços para o desarmamento. Ainda mencionou que nas operações de manutenção de paz, os países anfitriões e os que contribuem com tropas deveriam fazer parte da tomada de decisões. A ideia seria trabalhar em conjunto para garantir que todos os países respeitem as regras e normas internacionais. Garantindo a estabilidade, um mundo mais habitável e sustentável seria o objetivo a ser perseguido. Nesse sentido, cada governo deveria cumprir as suas responsabilidades. Considerou também importante a mudança no estilo de vida para dar um novo rumo à economia e a mudança climática, o respeito a natureza e a yoga levaria a uma existência mais consciente; propôs então um dia internacional para a prática. Por fim, afirmou que o aniversário das Nações Unidas poderia ser uma oportunidade para a instituição tomar uma nova forma e direção (UNGA, 2014).

No aniversário de 70 anos das Nações Unidas no ano de 2015, a Ministra das Relações Exteriores, Sushma Swaraj realizou o discurso da Índia. A sua fala iniciou com a menção da coincidência que no dia posterior seria comemorado o Dia Internacional da Não-Violência. Considerou o momento apropriado para realizar uma reflexão sobre se o objetivo da criação das Nações Unidas foi alcançado. Concluiu que apesar de ter sido bem-sucedida, não tem sido capaz de evitar conflitos em várias partes do mundo. Seguiu então fazendo uma analogia sobre o compromisso de renovação adotado pelo governo indiano com o seu povo. O mesmo aconteceria com as instituições, somente a renovação periódica poderia fornecer a uma organização significado e propósito. Portanto, para preservar a sua centralidade e a legitimidade como guardiãs da paz, da segurança e do desenvolvimento, seria urgente a reforma do Conselho de Segurança. As Nações Unidas seriam como uma jovem árvore banyan da tradição oriental, a qual sem regeneração e expansão, acaba condenada ao trágico murchamento; a irrelevância. A Índia gostaria de ver a instituição crescendo em todo o seu potencial, reduzindo a lacuna entre o que faz e o que seria capaz de fazer (UNGA, 2015).

Ao abordar a construção de um planeta sustentável, mencionou a adoção da Agenda 2030 para o desenvolvimento e esclareceu que a sua reverência para Índia estaria baseada em tradições, que consideram a natureza sagrada. A saúde do planeta estaria ligada ao bem-estar dos seres humanos. Nesse contexto, mencionou ensinamentos de Mahatma Gandhi sobre o tema e agradeceu à comunidade internacional pelo apoio à criação do Dia Internacional da Yoga.

Ainda abordando a saúde, felicitou a sua pronta ação no combate de epidemias; varíola, pólio, VIH/SIDA e ebola e demonstrou orgulho de a Índia participado nesses esforços. Isso seria um exemplo de como a ação nacional e o apoio internacional podem resolver crises globais. No entanto, chamou a atenção para o fato que os conflitos provocados pelo homem também merecem uma resposta coordenada. Considerou insuficiente a resposta à crise de refugiados causada pela situação de conflito na Síria, Iraque e Líbia. Seria necessária uma resposta rápida, apoiada pela vontade política. Nesse sentido, citou como exemplo a própria resposta da Índia às crises humanitárias em sua vizinhança (UNGA, 2015).

A Ministra das Relações Exteriores, Sushma Swaraj realizou novamente o discurso da Índia no ano de 2016 na Assembleia Geral. Neste ano, concebeu uma reflexão sobre as ações e conquistas ao longo do ano passado, sinalizando que os países e instituições não são definidos apenas por suas ações, mas, igualmente, por sua inação. Para tanto, se concentrou em algumas questões, as quais considerou as mais urgentes para a comunidade internacional. Considerou como os verdadeiros desafios do nosso tempo acabar com a pobreza severa e assegurar paz além-fronteiras, pois não se poderia ter prosperidade sem estabilidade. Nesse sentido, afirmou que os objetivos da Assembleia estão em consonância com a visão de desenvolvimento do governo indiano, citando algumas políticas públicas que foram empregadas¹². Estas teriam adicionado uma nova dimensão histórica ao crescimento da Índia em um momento de lento crescimento global. Além disso, considerando o tamanho de sua população, observou que o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dependeriam do que for alcançado na Índia (UNGA, 2016).

Outra questão que mencionou como desafio foram as alterações climáticas, no qual prometeu que a Índia continuará a desempenhar um papel de liderança. Em vista disso, comentou sobre o que chamou de novo conceito, a justiça climática, defendida por seu Primeiro-Ministro Modi, o respeito à natureza. Celebrou a aceitação no Acordo de Paris sobre o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas; conquista para o país. Depois disso, passou a questão do desafio do terrorismo, reforçando que deveria ser reconhecido como a maior de todas as violações de direitos humanos. Não se deveria fazer distinções entre os terroristas que atacam alguns e aqueles que atacam outros. Os preconceitos precisam ser deixados de lado e uma estratégia eficaz contra o terror deve ser elaborada. Assim, retomou ao ponto inicial de sua fala, sobre o julgamento das ações e da inação indagando quais metas foram

¹² Milhares de banheiros foram construídos em escolas; o programa Educar a Menina, Salve a Menina, se tornou um movimento nacional; milhões de contas bancárias foram abertas para os pobres; foram realizados vários programas para qualificar os jovens; entre outras.

atingidas e quais permanecem não cumpridas. Afirmou que a primeira tarefa pendente era a adoção da convenção global sobre o terrorismo e a segunda a reforma do Conselho de Segurança. O futuro dependeria do que é feito no presente (UNGA, 2016).

No ano de 2017, Sushma Swaraj, Ministra das Relações Exteriores da Índia, realizou mais uma vez o discurso do país nas Nações Unidas. Se passaram dois anos desde que foi estabelecida a Agenda 2030, em vista disso, nesta fala ela procurou avaliar o quanto desta já foi posta em prática pelo seu país. Nesse sentido, parabenizou o fato de a Índia ter demonstrado coragem e liderança no processo de desenvolvimento sustentável. A prioridade do governo indiano era a erradicação da pobreza através do empoderamento econômico; a eliminando investindo nos pobres¹³. Ademais, falou sobre o lançamento do Fundo de Parceria de Desenvolvimento Índia-Nações Unidas e o compromisso do seu país com o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas. Comentou também a iniciativa pessoal de seu Primeiro-Ministro Modi, a Aliança Solar Internacional. Os países que têm aumentado as suas capacidades podem fazer esse tipo de política, porém o mundo desenvolvido deveria ser um parceiro ativo em ajudar aqueles que são vulneráveis a alcançar os objetivos da agenda. Em especial, cobrou a transferência de tecnologia e o financiamento do Fundo Verde para o Clima (UNGA, 2017).

Ainda pontuou que enquanto o seu país estaria empenhado na luta contra a pobreza, o seu vizinho Paquistão estaria focado em lutar contra a Índia. Em relação as acusações consideradas infundadas de terrorismo patrocinado pelo Estado e violações de direitos humanos, respondeu ao país o chamando de “campeão da hipocrisia”. Além disso, retomou a questão de o Paquistão rejeitar os esforços do governo indiano de construção de laços de amizade ao longo das décadas. Afirmou que se o Paquistão tivesse gastado em desenvolvimento o que gastou no terrorismo, tanto ele quanto o mundo estariam mais seguros e em melhor situação. O terrorismo estaria no topo da lista de problemas para os quais as Nações Unidas procura soluções. A Índia sendo uma de suas vítimas vem pontuando essa ameaça mesmo quando grandes potenciais a descartavam. O país propôs uma convenção abrangente a duas décadas e ainda não se chegou a um acordo; pediu então que algo seja feito a este respeito. Além disso, reiterou que a Organização estaria assolada por seus próprios problemas, por isso precisaria de uma reforma urgente (UNGA, 2017).

O discurso do ano de 2018 da Índia na Assembleia Geral foi também realizado pela Ministra das Relações Exteriores, Sushma Swaraj. Sua fala iniciou com a menção de que as

¹³ Os seus programas econômicos teriam como objetivo principal capacitá-los. Se deteve então a três programas: o de inclusão financeira por meio de abertura de contas bancárias; o de financiamento aos não financiados para iniciar micro negócios; e, o de distribuição de gás gratuito para substituição das cozinhas a lenha.

Nações Unidas seriam a principal organização multilateral do mundo. Ou seja, uma plataforma para soluções onde as nações se sentariam para formular planos que possam corrigir desequilíbrios econômicos distorcidos. Desde 2015, com o estabelecimento do ano de 2030 como horizonte dos ODS, a Índia se tornou um país importante para esse destino, caso contrário, comentou que a comunidade internacional iria falhar. Sendo assim, garantiu à Assembleia Geral que seu país não irá deixar isso acontecer, que estaria totalmente comprometido em alcançar esses objetivos para o seu povo. Que sob a liderança do Primeiro-Ministro Modi, a Índia iniciou uma transformação econômica e social sem precedentes que ajudará o país a atingir os objetivos antes do prazo. Para tanto, forneceu uma visão geral de algumas políticas públicas¹⁴ para ilustrar o que chamou de o exercício de maior escala do mundo na eliminação da pobreza e transformação social (UNGA, 2018).

Depois focou no que considerou os maiores desafios da época, a mudança climática e o terrorismo. No primeiro, afirmou que as nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento são as vítimas mais afetadas e não tem capacidade nem recursos para enfrentar essa crise. Então se a ideia seria salvar o mundo de seus efeitos adversos, as nações desenvolvidas teriam de erguer os desfavorecidos com recursos financeiro e técnicos. A Índia a sua parte estaria fazendo; o seu Primeiro-Ministro fora reconhecido como um defensor nessa área. No segundo, seria necessário responsabilizar os terroristas através do direito internacional. Mais uma vez apelou para que se chegue a um acordo sobre a convenção; no caso da Índia, o terrorismo está em sua porta. Ainda destacou o papel único e positivo das Nações Unidas, mas acrescentou que a sua importância e influência começaram a diminuir. A Organização deveria se basear nos princípios do coletivo. Fazendo referência a Mahatma Gandhi pediu para que se trabalhe em benefício dos menos afortunados e em favor de um mundo livre da violência. Terminou sua fala com uma canção sânscrita que pede bem-estar, paz e prosperidade a todos (UNGA, 2018).

O Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou o discurso do ano de 2019 do país nas Nações Unidas. Começou a sua fala mencionando os 150 anos de Mahatma Gandhi e como sua mensagem de não violência continua sendo relevante para a paz, o desenvolvimento e o progresso do mundo. Na sequência, falou de sua reeleição e como a mensagem do mandato do seu governo transmite um significado mais amplo e inspirador dado as suas conquistas no âmbito socioeconômico. As mudanças rápidas do seu país teriam base na cultura milenar da Índia, que em sua própria tradição abrange sonhos universais. O cerne da abordagem seria então

¹⁴ Citou algumas políticas que já havia mencionado em seu discurso no ano anterior e acrescentou outras. Dentre elas um seguro saúde do mundo, um programa habitacional e outro para o aumento dos níveis de qualificação.

o bem-estar da população através da participação pública, não apenas para a Índia, mas para o mundo inteiro. Os seus esforços seriam inspirados por um senso de dever com sua população, mas os seus frutos seriam para todos, para que o mundo inteiro desfrutasse. Assim, desejou que a experiência da Índia também possa ser benéfica para outros países, principalmente aqueles que estão se esforçando para o desenvolvimento (UNGA, 2019).

Ainda fez uma menção ao poeta da Índia, Kariyan Pungun-dra-naar, para explicar que esse sentido de pertencimento além-fronteiras seria exclusivo de seu país. Nos últimos anos, argumentou, a Índia tem trabalhado para fortalecer sua tradição de fraternidade entre as nações e trabalhar para o bem-estar do mundo, o que estaria de acordo com as Nações Unidas. Nesse sentido, as questões que levantou e os tipos de novas plataformas que apresentou buscaram construir esforços coletivos para enfrentar desafios e questões globais. No entanto, alertou que a falta de unanimidade entre nações sobre a questão do terrorismo minaria os próprios princípios da Organização. Com o avanço tecnológico, a Índia não teria interesse em um mundo fragmentado e não haveria a opção para o seu país de se limitar dentro das próprias fronteiras. Nesta nova era, defendeu que seria necessário dar um novo rumo e força ao multilateralismo e às Nações Unidas (UNGA, 2019).

3.4. ANOS 2020 – 2022: A PERSISTÊNCIA NO FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE UMA ORDEM MUNDIAL MELHOR

No ano de 2020, aniversário de 75 anos das Nações Unidas, Narendra Modi, Primeiro-Ministro da Índia, também realizou o discurso do país na Assembleia Geral. Na ocasião, ele questionou se o caráter da instituição, constituída nas circunstâncias de 1945, continuaria relevante no presente. Neste século, afirmou os requisitos e desafios são diferentes dos do passado, então por mais que se tenha realizadas várias conquistas ao longo dos anos, existira a necessidade de uma introspecção. Ainda apontou que seria possível sugerir que os seus esforços para resolver algumas questões foram insuficientes; citou a falta de resposta à pandemia do Coronavírus. A reforma nas soluções, nos processos e no próprio caráter das Nações Unidas seria uma necessidade da hora. Afirmou que o povo indiano acredita na instituição, mas a muito tempo espera que o processo das reformas seja concluído. Isso posto, perguntou à Assembleia por quanto tempo o país ainda seria mantido fora de suas estruturas de tomada de decisão, sendo que as suas transformações estariam afetando grande parte do mundo (UNGA, 2020).

Em seguida, apresentou algumas características e contribuições do país. Os ideias sobre os quais as Nações Unidas foram fundadas e a própria filosofia da Índia teriam muito em

comum, como a prioridade ao bem-estar de todos. O país pensa nos interesses de toda a humanidade e não em seus próprios, essa filosofia seria a motriz de suas políticas. Nesse sentido, qualquer gesto de amizade da Índia com um país não seria dirigido contra nenhum terceiro e suas experiências de desenvolvimento estariam sendo partilhadas sem hesitação. Citou então a política externa do país para a sua vizinhança, a Act East, bem como a ideia de segurança e crescimento para todos na região e seus pontos de vista sobre o Indo-Pacífico. Na sequência, argumentou que o país sempre falará em favor da paz, segurança e prosperidade. Considerou também que a jornada da Índia seria uma contribuição para trilhar o caminho do bem-estar do mundo, pois pode ser útil para muitos países. Ao finalizar sua fala, ainda disse que estava convencido que as Nações Unidas e os países membros se esforçariam para manter a relevância da instituição (UNGA, 2020).

O discurso do ano de 2021 foi realizado novamente por Narendra Modi, Primeiro-Ministro da Índia, na Assembleia Geral. Ele começou sua fala expressando suas condolências aqueles que perdem alguém pelo coronavírus. Depois, mencionou brevemente que seu país era um exemplo de democracia e passou ao tópico do desenvolvimento. Explicou então a filosofia *Ekatma Manav Darshan*, que se traduz em uma jornada de desenvolvimento empreendida em conjunto e expansão do eu para o universo. O conceito de *Antyodaya*, o equivalente moderno de não deixar ninguém para trás, seria dedicado a essa filosofia. Com esse princípio em mente, a Índia estaria avançando no caminho do desenvolvimento equitativo integrado. Considerando que a cada sexta pessoa no mundo uma é indiana, argumentou: “Quando a Índia cresce, o mundo cresce. Quando a Índia se reforma, o mundo se transforma”. Dessa forma, o progresso do país daria impulso ao desenvolvimento no mundo (UNGA, 2021).

Uma lição que a pandemia de COVID-19 teria ensinado seria a importância de garantir que a tecnologia seja aplicada com valores democráticos. Outra seria que a economia precisa ser diversificada ainda mais. Para esse fim, seria necessária a expansão das cadeias de valor globais. Inspirado nesse espírito, comunicou o movimento *Atmanirbhar Bharat*, campanha da Índia autossuficiente. Afirmou que o país estaria se tornando um parceiro democrático e confiável para a diversificação industrial global, bem como atingindo um equilíbrio entre economia e ecologia. Também argumentou que o mundo deveria fazer do pensamento científico, racional e progressista a base para o desenvolvimento. No entanto, países com uma postura regressiva estariam usando o terrorismo como uma ferramenta política. Então retomou o ensinamento do diplomata indiano Chanakya para falar da reforma das Nações Unidas. Para ele quando a ação certa não é tomada no momento certo, o próprio tempo faria com que ela

fracassasse. Terminou sua fala com uma mensagem do prêmio Nobel Rabindranath Tagore sobre prosseguir o caminho das boas obras e vencer as fraquezas (UNGA, 2021).

Em 2022, o discurso da Índia nas Nações Unidas foi realizado pelo Ministro das Relações Exteriores, Subrahmanyam Jaishankar. Ao chegar ao aniversário dos 75 anos de independência, o país estaria se rejuvenescendo dentro de um quadro democrático, cujo progresso constante se refletiria em uma liderança fundamentada. Afirmou então que a Índia sob o Primeiro-Ministro Narendra Modi seria uma sociedade confiante e ressurgente. Que seu plano para o centenário dentro de 25 anos englobaria como um dos pontos principais tornar a Índia um país desenvolvido, o que para o mundo criaria mais capacidades para o bem global. Outro ponto seria se libertar da mentalidade colonial, significando no âmbito externo, o multilateralismo reformado e uma governança contemporânea. Com essa mentalidade, mencionou as contribuições do país no trabalho conjunto em questões globais como terrorismo, pandemia e meio ambiente, além do fornecimento de assistência humanitária e de as parcerias econômicas para o desenvolvimento (UNGA, 2020).

No entanto, mesmo a Índia contribuindo para a melhoria global, reconheceu a deterioração acentuada do cenário internacional. O mundo estaria passando por desafios da recuperação econômica pós-pandemia. A situação da dívida do mundo em desenvolvimento seria precária. As repercussões do conflito da Ucrânia aumentaram ainda mais as tensões econômicas; em especial, alimentos e energia. Os eventos climáticos adicionaram uma sobreposição a essas ansiedades. Sendo assim, afetado nos últimos tempos por uma sucessão de choques, cada um deles significativo, o mundo estaria pronto para mudanças. A busca de criar uma ordem mundial melhor teria que abordar essas questões; as instituições financeiras, a justiça climática e o terrorismo. A multipolaridade, o reequilíbrio, a globalização justa e o multilateralismo reformado não poderiam ser mantidos em suspenso. Tendo isso posto, afirmou que a Índia estaria preparada para maiores responsabilidades e garantiu que as injustiças contra o Sul global seriam abordadas (UNGA, 2020).

4. OS JOGOS DE LINGUAGEM DA ÍNDIA: UMA ANÁLISE DA NARRATIVA OBSERVADA NAS NAÇÕES UNIDAS DEPOIS DA GUERRA FRIA

Conforme a metodologia adotada, um mapeamento das práticas do ator e a identificação de padrões no próprio contexto e na linguagem é realizado neste capítulo. O objetivo disso é examinar como as práticas da Índia ganham significado dentro de um contexto de regras. Isso porque, são as regras que governam o raciocínio e a interação nos diferentes contextos, dando

base para a atribuição de significado ao mundo material e às relações sociais dentro dele. Tendo isso posto, o significado é ao mesmo tempo intersubjetivo e social, portanto, tem limites; ou seja, não refletem uma realidade objetiva, como um espelho, nem são de domínio exclusivo dos indivíduos. Dessa forma, o significado está sujeito aos critérios do mundo social e aos valores do ator, sendo possível de ser acessado através da linguagem. O usuário da linguagem está então inserido em um contexto e restringido por suas regras, mas pode por meio de suas escolhas e ações, moldá-lo. Assim, por meio do significado compartilhado na narrativa identificam-se os padrões que estruturam o espaço de manobra do ator no contexto.

Conforme a lógica dos jogos, as regras podem ser mais ou menos estáveis, surgindo de um processo de ação e reação entre mais de uma parte. Sendo assim, o foco da análise está no processo social da construção de estruturas de significado, a qual requiere o exame dos jogos de linguagem. A atuação dentro de um contexto de regras específica estrutura as interações durante uma transição de uma lógica para outra, onde um significado é substituído por outro. Como mencionado, as lógicas possíveis que estariam em movimento dos fenômenos globais também têm sua correspondência no quadro institucional. A narrativa indiana observada nas Nações Unidas fornece então uma base para identificar a significação de suas práticas no jogo da política internacional em construção depois da Guerra Fria aos dias atuais. Tendo isso posto, o capítulo está dividido em: 4.1) o espaço dentro do qual realiza manobras, a gramática da Índia na política internacional contemporânea; 4.2) o seu movimento para moldar o ambiente, a insistência do desenvolvimento sustentável como centro da agenda; e, 4.3) o argumento dos jogos conflitantes, a possibilidade de uma governança a partir das práticas indianas.

A análise aqui empreendida baseada no método da descrição crítica observa que na narrativa dos representantes da Índia existe a possibilidade de um outro contexto de regras, um jogo alternativo. O contexto mais amplo que teria tornado isso pensável para os líderes seria o fim da Guerra Fria, que abriu espaço para a contestação da ordem mundial e das respectivas práticas dentro dela. O país, nesse contexto, propôs então uma democratização da governança nas relações internacionais. A partir da insistência priorização da agenda desenvolvimento sustentável nas Nações Unidas, o país se movimentou em direção a esse outro jogo. Dessa maneira, as suas interações não reforçaram a estrutura de regras que a acompanha, mas procuraram moldá-la. No entanto, essa mudança sofre resistências da estrutura de poder já estabelecida, e a dificuldade de levar adiante a reforma institucional impede a transição de uma lógica para outra. Surgiram então jogos paralelos para disputar outros contextos de regras possíveis na política internacional, porém, ao longo do tempo, a ordem mundial mudou pouco.

4.1. O ESPAÇO DENTRO DO QUAL REALIZA MANOBRAS, A GRAMÁTICA DA ÍNDIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

A narrativa dos representantes da Índia observada no capítulo anterior, gera uma gramática compartilhada. Uma investigação gramatical é aquela que examina a possibilidade dos fenômenos. Isso contrasta com a abordagem padrão da ciência social de tentar fixar os limites da definição antes de empreender uma análise. O foco então se desloca de uma imagem de uma lógica única, baseada na essência de atores semelhantes, para momentos de transição. Dessa forma, a análise requer um exame dos jogos de linguagem que estruturam as interações durante passagem de uma lógica à outra. Isso passa por observação das mudanças no contexto político mais amplo que tornam uma mudança de jogos pensável para os líderes e a identificação de padrões na linguagem dentro do próprio contexto. Esses padrões são identificados em significados compartilhados na narrativa e estruturam o espaço de manobra do ator dentro desse contexto em particular. Os atores não são determinados em reproduzir padrões, mas participam na construção de um tipo de contexto ou outro. Com base nisso, busca-se entender a atuação do país na política internacional contemporânea.

Os primeiros discursos da Índia nas Nações Unidas do período identificam o contexto de mudança pela qual o mundo estava passando naqueles anos e reagem a essa situação. Observam que o término do confronto bipolar não gerou o fim dos conflitos no mundo e que os esforços socioeconômicos continuam a ser obstruídos. Portanto, argumentam que é necessário trabalhar por uma nova ordem mundial livre da guerra e da pobreza e que neste esforço a Organização tem um papel central. Segundo a narrativa, ela tem como tarefa construir um novo equilíbrio global e sua agenda deve dar à paz e ao desenvolvimento igual prioridade e tratamento. As Nações Unidas deveriam evoluir e adaptar-se ao ambiente de rápida mudança para melhor servir as necessidades da comunidade mundial. Também aborda a disseminação da democracia como uma característica das últimas décadas, a partir disso elabora o desejo do país de ver a democratização da própria instituição. Chega a afirmar que essa primeira década ficou muito aquém das expectativas e convida o mundo e os seus líderes a tratar os desafios globais a partir de uma nova perspectiva, que seja mais inclusiva e plural.

A Índia mantém uma postura de alinhamento com os valores das Nações Unidas em todos os discursos. Os seus representantes reafirmam constantemente que o país compartilha os princípios da instituição e o seu sistema. No entanto, acreditam que no contexto do pós-Guerra Fria, seria necessária uma reforma da instituição para lidar com os desafios do presente. Uma maior quantidade vozes precisariam ser ouvidas, incluindo as dos países em desenvolvimento.

De acordo com a narrativa, não se pode argumentar a favor da democracia no resto do mundo e deixar o Conselho de Segurança sem uma expansão. O que estaria em jogo seria um destino comum, o mundo então precisaria de um multilateralismo coletivo. Como observado nas falas, em sua tradição filosófica a Índia vê o mundo como uma família, portanto, busca o bem-estar de todos. Os representantes esclarecem também que a responsabilidade do Estado de proteger os necessitados e de fortalecer os fracos faz parte seu do credo democrático. Nesse sentido, expõe as suas contribuições do país a sua população e a comunidade internacional, bem como o desejo de também fazer parte do processo de tomada de decisão da instituição.

As interações com outros países e instituições apresentadas reforçam a ideia de que a Índia está preparada para assumir maiores responsabilidades no sistema internacional. O país sempre se mostrou preocupado com as tensões e turbulências no mundo, o que o fez incentivar resoluções pacíficas das diferenças e ser um colaborador em operações de paz. Da mesma forma, identificou-se o desejo de ter relações construtivas e amistosas com todos os seus vizinhos por meio de uma visão de uma região pacífica, estável e próspera, com maior cooperação e conectividade. Com as reformas econômicas neoliberais, buscou maior integração ao mercado global, ramificando e adicionando ao conteúdo de suas relações com a região como um todo. Ao mesmo tempo, manteve suas relações tradicionais com as grandes potências. Além disso, coordenou as suas posições nas negociações internacionais com outros países para adoção de regimes que ajudem a aliviar a pobreza e promover a democracia. Conforme se desenvolve, expandiu a cooperação econômica e técnica com os países em desenvolvimento, reforçando sua liderança e solidariedade política.

Esse seria o contexto mais amplo que tornou possível uma mudança de jogos pensável para os líderes indianos. A disjunção das estruturas de significado que abre espaço para a contestação da ordem e das respectivas práticas dentro dela; percebido neste trabalho no contexto das Nações Unidas. Ao longo das décadas analisadas, este quadro se mantém apesar de novas circunstâncias o comporem, possibilitando à Índia manifestações no tratamento de certos temas. Isso porque, permitem que o país, por meio de suas ações e reações, participe na construção de um outro contexto. Outro elemento que continua presente durante todo o período na narrativa é a percepção de que as Nações Unidas são a personificação do multilateralismo. Nenhuma outra nação ou grupo de nações poderia encontrar soluções para os problemas do mundo, nem muitos problemas são favoráveis a soluções isolados. Trabalhando com essa ideia, o país repudia a ação unilateral e procura reforçar a cooperação internacional através da instituição. No decorrer dos discursos, as falas sempre reforçam o seu compromisso

com os esforços de um novo curso para o benefício coletivo e da utilidade de sua experiência e filosofia na construção de uma ordem mundial melhor.

Entre as novas circunstâncias que surgem no período estão os acontecimentos do 11 de setembro, da crise financeira de 2008 e da pandemia do COVID-19, que tiveram impactos globais. A reação da Índia frente a estes eventos foi encará-los como oportunidades de moldar uma resposta global aos desafios que transcendem fronteiras nacionais. No entanto, apesar das propostas e iniciativas indianas, não ocorreu o retorno esperado no âmbito das Nações Unidas sobre essas questões. A inação da instituição foi questionada pelo país, que reforçou as reflexões sobre o seu papel e relevância. Como resultado, a demanda por sua reforma abrangente se fortaleceu e se estendeu a arquitetura dos organismos multilaterais. O aumento dos desafios globais, bem como da preocupação de como resolvê-los, gerou uma resposta que intensificava a necessidade de mudança. Situação que busca sintonia com as realidades do mundo atual para lidar com os desafios múltiplos da globalização. Isso reflete em como o jogo da política internacional é jogado. A questão da transformação e da renovação se torna ainda mais presente com a ascensão de Narendra Modi como Primeiro-Ministro da Índia. Nesse contexto, a Índia passa a ser caracterizada como indispensável nas estruturas de governança global.

Outro padrão também é identificado nos discursos. Alguns tópicos são abordados quase todos os anos com mais ou menos profundidade, eles são permeados por questões entrelaçadas de economia e de segurança, que são significados em conjunto na narrativa. A estabilidade é entendida como necessária para o crescimento econômico, questão que aparece nos debates sobre desarmamento nuclear e terrorismo. Ao mesmo tempo, a pobreza como uma questão de segurança é visualizada nas falas sobre direitos humanos. Surge então a percepção de que o desenvolvimento deve ser encarado como um tópico tão importante para as Nações Unidas quanto a agenda para a paz. Sobre essa ideia identifica-se o principal argumento para a mudança nas falas dos representantes do país durante o período estudado. Sendo assim, entende-se que por meio deste se estrutura o espaço de manobra do país dentro do contexto aqui explorado. Situação que também possui uma conexão com o desejo de reforma das Nações Unidas com base nos valores democráticos. O próximo subcapítulo aborda esse movimento que ajuda a moldar um outro contexto na política internacional, onde a Índia é um jogador relevante.

4.2. O SEU MOVIMENTO PARA MOLDAR O AMBIENTE, A INSISTÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO O CENTRO DA AGENDA

A importância de uma agenda para o desenvolvimento nas Nações Unidas está presente durante todo o período de analisado no trabalho. Existia no pós Guerra Fria o entendimento de que a instituição não deveria ter apenas uma função complementar no domínio econômico e social, que isso seria contrário à sua Carta. Essa questão estava associada a ideia de que este era o único fórum onde se poderia alcançar um consenso internacional sobre o desenvolvimento. Dessa forma, deveria ter um papel central na formulação e implementação de políticas macroeconômicas. Ainda mais no contexto das grandes reformas de cunho neoliberal nas nações em desenvolvimento com o objetivo de integrá-las a economia global. A questão chave estaria em um diálogo contínuo e construtivo entre o Norte e o Sul na parceria global para o desenvolvimento. Nesse sentido, deveria ser levado em consideração e implementada a participação desses países na coordenação macroeconômica global e na tomada de decisões, bem como a reciprocidade dos países desenvolvidos nos esforços de outros países na reestruturação e liberalização econômica.

Com o avançar de uma crise econômica, os discursos mencionam que se começou a aceitar nos países em desenvolvimento e nas capitais financeiras, que a liberalização prematura dos mercados teria sido uma de suas principais causas. No entanto, para o governo indiano o mundo não deveria voltar atrás na globalização, mas os países deveriam aprender a lidar com mudança promovida pela interdependência. A Índia não foi severamente afetada como alguns outros países, em grande parte porque adotou políticas mais prudentes, pois existiu a preocupação com o aumento das disparidades existentes. A partir disso, sugerem então que políticas para reduzir a desigualdade econômica e social seriam essenciais para criar um ambiente mais estável a longo prazo. Ademais, em democracias responsáveis elas foram julgadas necessárias, não sendo inconsistentes com uma liberalização gerenciada. A construção de um diálogo internacional sobre o futuro de uma economia global e interdependente é novamente posta em questão. Essa seria uma tarefa dos Estados soberanos representados nas Nações Unidas e não poderia ser deixada a dinâmica de um mercado não regulamentado.

Sendo assim, os problemas do desenvolvimento são significados como problemas globais na narrativa e por essa razão devem ser resolvidos por todos. Essa percepção é reforçada com uma ligação com questões de segurança, o que torna ainda mais importante o seu tratamento na agenda da instituição. As disparidades de riqueza entre as nações desencadeiam violência dentro dos Estados e o ignorar o desenvolvimento teria consequências em escalas além-fronteiras. De modo que, somente a promoção de uma realidade socioeconômica autossustentável é entendida como garantidor da paz e da segurança. Essa situação também perpassa aspectos da democracia e dos direitos humanos. A menos que as causas subjacentes

do desenvolvimento, como a pobreza e a alienação social sejam abordadas, essas condições não seriam alcançadas. As Nações Unidas deveriam então estabelecer a promoção de um crescimento econômico sustentável, que solucione a pobreza e as tensões que levam ao colapso da governança e da ordem social. Todos os países deveriam desfrutar de um padrão mínimo de autossuficiência econômica e bem-estar para que exista estabilidade.

O desenvolvimento passa a ser reivindicado constantemente como um tema transversal nas Nações Unidas pelos representantes indianos. Ainda mais com o reconhecimento da pobreza como o maior desafio global pela comunidade internacional no novo milênio. A essa altura do campeonato, a luta pelo desenvolvimento equitativo e a guerra contra a pobreza seriam tão importantes como a campanha contra o terrorismo e a busca de segurança coletiva. Nesse contexto, a conclusão indiana é que para que os atuais regimes de globalização e desenvolvimento sustentável sejam fortalecidos eles precisariam ser reprojatados para gerar finanças em larga escala para o alívio da pobreza. Essas teriam a função de providenciar aplicação da ciência e da tecnologia para enfrentar os desafios do desenvolvimento. Isso inclui conseguir conciliar o crescimento econômico com a necessidade de preservação do meio ambiente que sobressai nesses países. Esses recursos deveriam também ser providenciados para responder às necessidades de crescimento econômico com justiça social, pois o progresso não seria suficiente se não produzir benefícios dispersos.

No entanto, a assistência ao desenvolvimento esteve em seu nível mais baixo nas últimas décadas e as negociações de fundos multilaterais não foram honradas. Situação que foi associada nas falas indianas por um lado como restrições criadas globalização, por outro lado como falta de vontade política de países desenvolvidos. Dessa forma, questionamentos sobre o papel das Nações Unidas no desenvolvimento econômico e humano com vistas ao bem-estar passaram a ser levantadas. Conforme os discursos da Índia, seria necessário restaurar a intuição, o importante papel de erradicar a pobreza e seus males, promover o progresso social e melhores padrões de vida. Isso passaria por uma reforma no sistema multilateral e o reforço da parceria com outras instituições financeiras para alcançar maior crescimento econômico, integração e desenvolvimento sustentável. Contexto em que os países em desenvolvimento também precisariam coordenar as suas posições nas negociações internacionais para promover a adoção de regimes que ajudem a aliviar a pobreza.

Os países em desenvolvimento passaram a ser maioria nas Nações Unidas depois da Guerra Fria. Tendo isso posto, a narrativa indiana expressa que gostaria que a instituição se concentrasse nas preocupações deste grupo de países. Segundo os seus representantes, essa seria a coisa democrática a se fazer. O seu principal interesse seria o desenvolvimento, assim

esperava-se que fosse dada maior prioridade a esta na agenda. Até porque esta foi identificada como essencial para alcançar os outros objetivos da Organização. Além disso, seria tão importante quanto as Nações Unidas assumir sua responsabilidade de supervisionar e coordenar políticas econômicas globais. Uma reforma estrutural das instituições financeiras internacionais seria chave nesse processo. Isso deveria ser projetado da maneira mais inclusiva possível, com medidas para garantir uma maior voz e participação dos países em desenvolvimento. Dessa maneira, se construiria uma arquitetura internacional que refletiria as realidades do século XXI, com um ambiente para a erradicação da pobreza. Isso significa que, para que a pobreza possa ser abordada de forma profunda, seria necessário remodelar as reordenar e remodelar as relações internacionais. Esse outro contexto proporcionaria maior credibilidade às instituições e oportunidades equitativas para os países para ganhos de recursos.

Para além do raciocínio identificado no texto, a Índia também apresenta em seus discursos como tem agido de forma coerente com as suas percepções. O governo indiano atribui prioridade ao crescimento inclusivo e a erradicação da pobreza através do empoderamento econômico. Uma série de programas com o objetivo de capacitar os pobres transformou o país uma grande economia de rápido crescimento mesmo em tempo de lentidão econômica. Tanto que teria o tornado essencial para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam atingidos dentro de seu prazo. O cerne da abordagem indiana estaria no bem-estar através da participação pública, não apenas para o seu país, mas para o mundo. A sua experiência estaria atuando como um exemplo positivo a outros países que procuram o desenvolvimento. Segundo as falas dos representantes, o país também faria de tudo que tivesse ao seu alcance para ajudá-los e promover seus interesses. Conforme o país se desenvolve, expande sua cooperação econômica e técnica como esse grupo de nações. As questões que a Índia levanta e as novas plataformas que ajudou a construir também buscariam esforços coletivos para isso.

Depois da Guerra Fria, ao tentar mover a agenda do desenvolvimento ao centro das prioridades das Nações Unidas, a Índia buscou ressignificar a instituição. A partir de um processo mais amplo de questionamento público na Assembleia Geral, o país começa a manobrar em direção a um jogo alternativo. Situação que desafia os atores dominantes ao politizar as regras e ao buscar modificar as estruturas de poder estabelecidas nas relações internacionais. Nesse movimento, a Índia estaria disputando outros contextos de regras possíveis, o que torna viável pensar na possibilidade de uma outra governança a partir de suas práticas. Essa questão é acompanhada de um reconhecimento da contribuição Índia para o mundo, bem como de seu potencial de liderança. O que pode ser entendido como uma

ressignificação de determinados jogadores, portanto, de sua identidade¹⁵. Isso modifica as suas possibilidades de agência em um determinado contexto de regras, para além do próprio jogo em questão. O próximo subcapítulo se dedica a analisar o a necessidade da reforma das Nações Unidas para tornar o jogo alternativo proposto pela Índia possível na política internacional.

4.3. O ARGUMENTO DOS JOGOS CONFLITANTES, A POSSIBILIDADE DE UMA GOVERNANÇA A PARTIR PRÁTICAS INDIANAS

A política internacional neste trabalho é entendida como construída por meio de práticas e interações dos atores uns com os outros, o que significa que o mundo é mutável e que o jogo continua a se desenrolar, perdurando ao longo do tempo. No jogo posterior a Guerra Fria, alguns jogadores e os tipos de movimentos disponíveis para eles são diferentes, assim como as maneiras pelas quais raciocinam sobre a ação possível nesse contexto. Entretanto, para que não se fique preso às restrições de um jogo dominante, é necessário olhar para um contexto mais amplo para identificar impulsos para mudanças em direção a uma alternativa. Essa abordagem requer a análise da linguagem para entender o que está em jogo nas disputas políticas. No caso da Índia como podemos observar, reivindica a democratização da governança global para alcançar o desenvolvimento sustentável. O argumento aqui apresentando dos jogos conflitantes incorpora os movimentos de um ator em um espaço intersubjetivo maior e traça, ao longo do tempo, a transição de um jogo para outro. Nos discursos analisados da Índia, as práticas do país estão carregadas de reivindicações de reforma, a quais se tornam essenciais para que um jogo alternativo seja possível.

A narrativa indiana defende que a instituição se tornará responsiva as questões globais e eficientes e eficazes apenas se ela também se tornar mais democrática em seu funcionamento. Os países em desenvolvimento estariam tendo dificuldade em se identificar com as agendas e prioridades das Nações Unidas, porque percebem que configurada da maneira que está representa os interesses de poucos. Embora a adesão a Organização tenha aumentado muito nas últimas décadas, não foram dadas oportunidades as vozes dos países recém-soberanos na tomada de decisões. Dessa maneira, existiria um desequilíbrio na autoridade e no peso das estruturas e órgãos, bem como no peso de diferentes países ou grupos. A continuação de sua credibilidade no cenário internacional exigiria uma reforma na instituição para que reflita as realidades atuais. Para tanto, a Assembleia Geral deveria ser revitalizada e a legitimidade e a

¹⁵ É interessante notar que é colocado como meta nos últimos discursos analisados a transformação da Índia em um país desenvolvido dentro de um período específico.

eficácia do Conselho de Segurança deveriam ser reforçadas. As Nações Unidas também deveriam reordenar suas prioridades para a paz e a segurança internacionais e para o desenvolvimento. Como organização, precisariam se adaptar ao ambiente em mudança, para melhor servir as necessidades da comunidade mundial.

A revitalização da Assembleia Geral passaria pela restauração e aprimoramento de seu papel e da sua autoridade nas áreas que lhe são atribuídas pela Carta. Dada a importância das atividades de desenvolvimento para a maioria dos Estados-membros, a Índia observa uma necessidade correspondente da temática. O órgão então deveria estabelecer paradigmas de engajamento multilateral para a economia global e para a cooperação para o desenvolvimento. Entretanto, a sua revitalização estaria entrelaçada com a reforma do Conselho de Segurança, que ainda reflete em sua composição o equilíbrio de poder do período imediato do pós-guerra. A adesão ao corpo mundial aumentou muitas vezes e ocorreu uma maior difusão de poder entre os países. Um mandato reforçado para o Conselho exigiria a democracia no seu funcionamento para a representar os tempos contemporâneos. Para lhe dar maior legitimidade, autoridade moral e eficácia política, seria imperativo então que ele fosse ampliado. Os países em desenvolvimento deveriam ser incluídos na categoria de membros permanentes. Além disso, com base em quaisquer critérios objetivos os representantes da Índia alegam que o país seria merecedor desta responsabilidade.

O déficit de governança global seria algo que precisaria ser abordado pela comunidade internacional. As Nações Unidas não estariam dispostas de meios para executar programas que respondam às necessidades e prioridades dos seus membros. Como resultado, correriam o risco de serem marginalizadas como o fórum global onde podem ser tomadas decisões que respondam aos desafios da globalização. As dimensões política e de segurança de suas atividades, não estariam acompanhando as mudanças no mundo. Isso seria resultado da instituição, mesmo após de décadas de existência, as Nações Unidas não possuem uma estrutura inclusiva e participativa de governança. Seria possível ser bem-sucedido no enfrentar os desafios contemporâneos se os Estados-membros voltassem a abraçar os princípios sobre os quais as Nações Unidas foram fundadas, o internacionalismo o multilateralismo. Situação que promoveria democracia na instituição e permitiria uma reorientação de suas prioridades, a tornando mais forte e eficaz, sensível às aspirações de todos.

No início do milênio foi adotado um documento com o objetivo de implementar uma agenda para a reforma na instituição, no qual inclusive os países em desenvolvimento contribuíram nas negociações. No entanto, a Índia observa que não foi possível alcançar mais sobre os aspectos de desenvolvimento do comércio no documento, dada falta de

representatividade do Conselho de Segurança. Seria evidente então que tal reforma permaneceria incompleta sem uma reforma abrangente e expansão dos seus órgãos principais. Como resultando, também se registraram poucos progressos nos elementos da agenda, mesmo com o surgimento de crises e problemas mais recentes e globais. A adesão a estruturas projetadas no final da Segunda Guerra Mundial apenas estaria restringindo o multilateralismo de cumprir as suas promessas. A realidade é que uma instituição internacional como as Nações Unidas só pode ser tão eficaz quanto os seus membros lhe permitem. A solução não estaria na reforma fragmentada, mas na construção da confiança entre as nações e na aceitação de que os princípios democráticos deveriam ser a norma na política internacional.

As Nações Unidas e suas agências especializadas são entendidas pela Índia como os únicos instrumentos disponíveis para responder efetivamente aos desafios coletivos. O que faltaria seria o compromisso de democratizar o seu funcionamento. Seria de conhecimento geral que a instituição seria muitas vezes incapaz de exercer uma influência efetiva sobre questões económicas e políticas globais de grande importância. Isso se deve ao seu déficit democrático, que impede um multilateralismo efetivo baseado em um consenso. Ademais, a reforma e a reestruturação do sistema das Nações Unidas poderiam, por si só, constituir um elo crucial de uma cadeia de esforços em expansão para remodelar as estruturas internacionais. Isso porque, as induziria a um maior grau de tomada de decisão participativa, de modo a torná-las mais representativas das realidades contemporâneas. Nenhum país ou grupo de países deveria poder determinar o curso do mundo ou suas políticas. Seria imperativo ter uma verdadeira participação e parceria internacional. Esse esforço teria de começar nas Nações Unidas.

Nesse sentido, os discursos da Índia enfatizam que as políticas e regras que foram feitas no século passado não poderiam ser mais aplicáveis. Como a velocidade da mudança é muito rápida, seria essencial que, em sintonia com os tempos, fosse realizada sua adaptação e reformulação. Situação que permitiria as mudanças necessárias e introduzindo novas ideias. Conforme os representantes indianos, somente a renovação periódica poderia fornecer a uma organização significado e propósito. Além disso, em um mundo que continua a ser dominado por nações ricas e influentes, a noção de igualdade soberana das Nações Unidas teria permitido que o mundo em desenvolvimento questionasse algumas normas injustas. Mas não teria viabilizado um desafio fundamental à desigualdade de um sistema construído para um mundo que existe há mais tempo. Sendo assim, a reforma seria necessária para preservar a centralidade e a legitimidade das Nações Unidas e reordenar o sistema internacional.

Nos últimos discursos, o país sinalizou que a importância e o respeito às Nações Unidas começaram a diminuir. Como a reforma tem sido uma questão difícil e de um processo bastante

lento, o país começou a se mostrar preocupado se esta chegará de fato a sua conclusão. As Nações Unidas deveriam aceitar que precisam de reformas fundamentais e que estas não poderiam ser cosméticas. A Índia é um país que acredita que a multipolaridade, o reequilíbrio, a globalização justa e o multilateralismo reformado não poderiam ser mantidos em suspenso. Que a comunidade internacional deveria falar a uma só voz para fortalecer uma ordem mundial baseada em regras. Ainda mais quando o apelo à reforma do multilateralismo possui um apoio considerável entre os membros das Nações Unidas. Esta então deveria ser feita devido ao reconhecimento de que a arquitetura atual é anacrônica e ineficaz. Além de ser percebida como injusta, negando a muitos uma voz em um fórum que delibera sobre o seu futuro.

Como podemos observar, as reformas propostas pela Índia no âmbito das Nações Unidas possibilitariam um outro contexto de regras nas relações internacionais. Esse jogo alternativo teria como base uma governança democrática, que possibilitaria maior agência aos países em desenvolvimento no mundo. O jogo de governança corrente, em que poucos atores decidem a política internacional, estaria então sendo desafiado na narrativa indiana. Nos discursos analisados é possível identificar a promoção de raciocínio favorável a mudança, porém sua lógica sofre resistências. Por mais que o debate sobre as reformas esteja presente desde o primeiro discurso da Índia na Assembleia Geral depois da Guerra Fria, essas não foram levadas a cabo em um período de trinta anos. A Índia estaria realizando um movimento para um jogo alternativo, a sua transição ainda estaria em disputa política. Sendo assim, pode-se dizer que os parâmetros da ordem mundial mudaram pouco ao longo dos anos, mas que jogos paralelos surgiram para disputar outros contextos de regras possíveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Índia estava acostumada com uma estrutura global clara para enquadrar suas políticas, mas, com o fim da Guerra Fria, não havia uma ordem reconhecível para baseá-las. Os contornos do mundo do pós-Segunda Guerra Mundial em que o Estado-nação indiano aderiu ao sistema internacional haviam desaparecido. Nesse contexto, o país também perdeu o seu principal parceiro comercial, a União Soviética e, na sequência, sucumbiu a uma forte crise econômica. Situação que resultou na adesão de políticas neoliberais na época. O país então mergulhou em um período de resignificação de suas práticas e interações com o mundo. Considerando as Nações Unidas como um símbolo do jogo da política internacional, este trabalho realizou o exercício de observar os movimentos da Índia nesse novo contexto através de seus discursos na instituição. Com isso esperava-se responder à questão da investigação aqui proposta: Como a

Índia ajudou a moldar ambiente internacional depois da Guerra Fria e as respectivas práticas dentro dele?

O trabalho realizado incorporou a dimensão social para a análise da política internacional, por meio da abordagem do “construtivismo consistente”. Esta pode ser entendida como um conjunto de interpretações sobre o significado das interações para as ações dos atores. Significado este que é criado por atos de fala e institucionalizado por normas. Como metodologia se aderiu a sugestão de “olhar e ver” como as palavras ou ações recebem significado no contexto. Como método de análise se adotou a descrição crítica, que tem como base os jogos de linguagem. No entanto, este foi adaptado no trabalho em duas etapas. A primeira foi a construção de uma narrativa, por meio de uma descrição dos discursos da Índia na Assembleia Geral das Nações Unidas no período do estudo. E, a segunda, a realização de uma análise da narrativa observada pela autora levando em consideração a teoria dos jogos.

Como resultado, surgiu o entendimento de que a Índia ajudou a moldar o ambiente internacional e suas respectivas práticas depois da Guerra Fria o questionando. O país realizou a partir de suas ações e reações uma reflexão que promoveu a ideia de transformação da ordem. Essa foi articulada através da tentativa de mover a agenda do desenvolvimento sustentável ao centro das prioridades das Nações Unidas, ressignificando a instituição. Esse movimento gerou a possibilidade de um jogo alternativo, que tem como característica principal a reforma da instituição com objetivo da democratização da governança global. A agenda do desenvolvimento não estaria sendo atendida pela instituição mesmo sendo importante para a maioria dos seus membros, que são países em desenvolvimento. Tendo isso posto, para que fosse capaz de atender aos interesses de todos os seus Estados-membros e aos desafios contemporâneos, as Nações Unidas precisariam mudar.

No entanto, apesar de, na narrativa da Índia, existir a possibilidade de um outro contexto de regras, esse não foram observados elementos que concretizassem os anseios do país no período analisado. A transição para outra lógica sofreu resistências que podem ser visualizadas na dificuldade de levar adiante a reforma institucional. Nesse contexto, o país passou a ser caracterizado nos últimos discursos da Índia como indispensável nas estruturas de governança global. O reconhecimento da sua contribuição para o mundo, bem como seu potencial de liderança começam a ser postos em jogo nas falas de seus representantes. Surgiu também a meta da transformação da Índia em um país desenvolvido dentro de um prazo específico. O que pode ser entendido como uma ressignificação de determinados jogadores, portanto, de sua identidade. Isso modificaria a sua posição no contexto de regras corrente, para além de outros próprios jogos possíveis. Dessa forma, a análise permite entender que a Índia vê uma mudança

na política internacional como necessária e possível no futuro, esperando que esta aconteça pelas Nações Unidas, mas está começando a criar outras estratégias se isso não acontecer nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. Seizing the Middle Groud: Constructivism in World Politics. **European Journal of International Relations**, v. 3, n.3, p. 319-363, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1354066197003003003>>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- DIXIT, Jyotindra N. **India's Foreign Policy and its Neighbours**. New Delhi: Gyan Books, 2010.
- FIERKE, Karin M. Constructivism. In: DUNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (3 Ed.) **International Relations Theories: discipline and diversity**. London: Oxford University Press, 2013, p. 187-204.
- FIERKE, Karin M. Critical Methodology and Constructivism. In: FIERKE, Karin M.; JORGENSEN, Knud E. **Constructing International Relations: the next generation**. London: Routledge, 2015, p. 115-135.
- FIERKE, Karin M. Links Across the Abyss: Language and Logic in International Relations. **International Studies Quarterly**, v.46, n.3, p. 331-354, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3096092>>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- HOLLIS, SMITH. **Explaining and Understanding International Relations**. New York: Oxford University Press, 1990.
- HURD, Ian. Constructivism. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Ducan. **The Oxford Handbook of International Relations**. New York: Oxford University Press, 2008, p.298-316.
- MOHAN, Raja C. **Crossing the Rubicon: The Shaping of India's New Foreign Policy**. New Delhi: Viking, 2004.
- ONUF, Nicolas G. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- UN, United Nations. About us, 2023. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us>>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- UNGA, United Nations General Assembly. **A/47/PV.13**, 1992, p. 33-44. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/350982?ln=en>> Acesso em: 27 mar. 2023.
- UNGA, United Nations General Assembly. **A/48/PV.12**, 1993, p. 11-15. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/356943?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- UNGA, United Nations General Assembly. **A/49/PV.14**, 1994, p. 13-17. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/363158?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- UNGA, United Nations General Assembly. **A/50/PV.12**, 1995, p. 13-17. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/370274?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- UNGA, United Nations General Assembly. **A/51/PV.22**, 1996, p. 12-16. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/377941?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/52/PV.9**, 1997, p. 6-10. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/388645?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/53/PV.13**, 1998, p. 16-20. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/396209?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/54/PV.9**, 1999, p. 39-44. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/408136?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/55/PV.23**, 2000, p. 16-20. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/437109?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/56/PV.44**, 2001, p. 31-33. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/458150?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/57/PV.4**, 2002, p. 14-16. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/475412?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/58/PV.11**, 2003, p. 13-16. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/505886?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/59/PV.7**, 2004, p. 13-15. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/551209?ln=en>> Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/60/PV.14**, 2005, p. 25-28. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/574015?ln=en>> Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/61/PV.22**, 2006, p. 6-9. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/590517?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/62/PV.13**, 2007, p. 20-23. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/610885?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/63/PV.12**, 2008, p. 8-10. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/644963?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/64/PV.10**, 2009, p. 27-30. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/674975?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/65/PV.23**, 2010, p. 3-5. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/701610?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly, **A/66/PV.22**, 2011, p. 9-11. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/741038?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/67/PV.19**, 2012, p. 11-13. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/762605?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/68/PV.18**, 2013, p. 22-24. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/774681?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/69/PV.15**, 2014, p. 15-19. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/784516?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/70/PV.22**, 2015, p. 42-26. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/813768?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/71/PV.22**, 2016, p. 6-9. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/857965?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/72/PV.19**, 2017, p. 20-23. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/1482146?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/73/PV.14**, 2018, p. 8-11. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/3792944?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/74/PV.9**, 2019, p. 9-11. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/3850527?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/75/PV.12**, 2020, p. 6-10. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/3903842?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/76/PV.14**, 2021, p. 1-3. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/3955482?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. **A/77/PV.12**, 2022, p. 51-53. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/3999836?ln=en>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, v. 46, n.2, p. 319-425, 1992. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2706858>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge University Press, 1999.

WOJCZEWSKI, Thorsten. India's vision of world order: multi-alignment, exceptionalism and peaceful co-existence. **Global Affairs**, v.3, n.2, p. 111-123, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/23340460.2017.1331512>>.

ZEHFUSS, Maja. Constructivism and Identity: a Dangerous Liaison. **European Journal of International Relations**, v. 7, n. 3, p. 315-348, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1354066101007003002>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

ZEHFUSS, Maja. Constructivism in International Relations: Wendt, Onuf, and Kratochwil. In: FIERKE, Karin M.; JORGENSEN, Knud E. **Constructing International Relations: the next generation**. London: Routledge, 2015, p. 54-75.